



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ
FACULDADE DE HISTÓRIA DO TOCANTINS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

JOÃO PAULO ALVES COSTA

**COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBOSSÃO JOSÉ DE ICATU:
IDENTIDADE E MOVIMENTO SOCIAL**

UFPA/CUNTINS-MOCAJUBA-PA

2013

JOÃO PAULO ALVES COSTA

**COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBOS SÃO JOSÉ DE ICATU:
IDENTIDADE E MOVIMENTO SOCIAL**

**Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado a Faculdade de História/UFPA-
Campus Universitário do Tocantins, como um dos
pré-requisitos para a obtenção do grau de
Licenciatura Plena em História, sob a orientação da
Prof.^aDr.^a. Benedita Celeste de Moraes Pinto.**

UFPA/CUNTINS-MOCAJUBA-PA

2013

JOÃO PAULO ALVES COSTA

COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBOS SÃO JOSÉ DE ICATU:
IDENTIDADE E MOVIMENTO SOCIAL.

Prof.^a MSc. Tatiane do Socorro Correa Teixeira
Membro da Banca

Prof. Dr. Luiz Augusto Pinheiro Leal
Membro da Banca

Prof.^a Dr.^a Benedita Celeste de Moraes Pinto
Orientadora

UFPA/CUNTINS-MOCAJUBA-PA

2013

Aos meus queridos pais, João Lobato Costa e Maria de Lourdes de Oliveira, que nunca mediram esforços no sentido de ver o meu sucesso escolar.

A minha avó Nair Alves, in memória, que durante mais de quatro anos me apoiou para que eu terminasse meus estudos. Saudades de nossas intermináveis e gostosas conversas à mesa.

À meu filho João Pedro, meu oxigênio de cada dia, meu prazer de viver.

“No viver cotidiano das comunidades negras rurais da região do Tocantins, no Pará, norte da Amazônia, modos de vida, experiências, assim como a identidade dos remanescentes de antigos quilombolas, vêm sendo vivenciadas, aprendidos, alimentados e transmitidos por meio dos gestuais das danças’, nas letras das músicas, nas ‘fornadas de Samba de Cacete, nas festividades dos seus santos padroeiros e nas orações de ‘encomendação’ e agradecimentos que são rezadas por ocasião de falecimentos, nascimentos, ou então antes e depois do plantio das roças de mandioca” (Benedita Celeste de M. Pinto)

AGRADECIMENTOS

Este momento do trabalho é sempre complicado, pelo fato, indubitável, de sempre nos esquecermos de agradecer a alguém. Entretanto, o exercício de lembrar as principais pessoas (família, amigos, informantes, colegas de trabalho, dentre outros) que de alguma forma contribuíram com o seu trabalho é mais importante, do que o risco de esquecer alguém e/o deixá-lo de fora.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao grande criador do universo, o Senhor Deus, que nos deu o magnífico dom da vida.

Agradecer também aos meus queridos e amados pais, João Lobato Costa e Maria de Lourdes Alves Oliveira, por seus esforços e dedicação e, acima de tudo, por acreditarem em mim, por apostarem suas fichas no meu sucesso. Pai sua simplicidade e perseverança é um exemplo para mim. Mãe, sua dedicação, companheirismo e amor a família é insubstituível. A vocês o meu eterno obrigado.

Gostaria de reservar um agradecimento especial a minha esposa e companheira Lene França Soares. Muito obrigado por tudo! Obrigado por suportar meus infindáveis momentos de ausências. Foi difícil mais conseguimos.

É com muito prazer e satisfação que agradeço a minha orientadora e mestre Celeste de Moraes Pinto. Você foi superimportante na concretização deste trabalho, não só como orientadora, compartilhando seu saber e experiência acadêmica, como também, incentivado, pois sua história de vida muito me inspirou para que chegasse até aqui.

Agradeço também, a todos os meus irmãos, Benedito, Silvia, Elizabeth, Manoel, Edelson Junior e Simone, todos ferozes incentivadores e propulsores da minha trajetória acadêmica.

Agradeço de modo especial ao meu amigo e irmão Dioleno Coelho Pereira, companheiro de pesquisa de campo e grande figura humana. Sua companhia em nossas incontáveis viagens a comunidade de Icatu será sempre lembrado. Valeu mano!!

Também não poderia deixar de agradecer, do fundo do coração, a todos os moradores da Comunidade de São José de Icatu, em especial às pessoas que gentilmente nos emprestaram suas lembranças como veículo de produção de conhecimento. São mestres e doutores, que em muitos casos, nem se sentaram em nenhum banco de escola.

Agradeço ainda, a todos os meus colegas de Graduação. Vocês que durante mais de quatro anos foram companheiros na dura empreitada de construir o conhecimento. Lembrarei sempre com muito carinho das nossas brincadeiras, nossos seminários e até mesmo de nossas incontáveis discussões, foi ótimo. É nós galera!

Meus agradecimentos vão ainda a todos os professores do curso de História da Universidade Federal do Pará, Campus de Cametá que atuaram no Núcleo de Mocajuba. Em especial aos professores Augusto Leal e Francivaldo Nunes, suas aulas mudaram meu jeito de ver mundo.

Enfim, estendo meus agradecimentos a todos aqueles que de direta ou indiretamente contribuíram para a concretização deste sonho. Meu muito obrigado mesmo!

RESUMO

O presente trabalho intitulado: “Comunidade Remanescente de Quilombos São José de Icatu: Identidade e Movimento Social” teve como objetivo discutir a construção da identidade quilombola dos moradores da Comunidade Remanescente de Quilombos São José de Icatu/ município de Mocajuba/Pará. Neste sentido, dentre os principais aspectos analisados, buscou-se compreender a formação histórica e cultural do povoado. Da mesma forma, também se procurou analisar como os moradores do povoado de Icatu estão se organizando na luta e/ou reivindicação de seus direitos, ou seja, tratou-se da organização do movimento social na comunidade. No que tange aos direitos dos quilombolas, tentou-se verificar como vem se dando a aplicabilidade do artigo 68 da Constituição Federal, que assegura o direito dos remanescentes de quilombos permanecerem nas suas terras emitindo-lhes títulos definitivos. Para tanto, dialogou-se com os estudos de SALLES (2004, 2005), GOMES (1996), HALL (2006), FABIANI (2005), SILVA & REIS (1989), BERND (1988), GOHN (2009, 2011), SANTOS (2006), O'DWYER (2002), TECCANI (2002), além de outros. A partir do auxílio teórico metodológico buscado nestas leituras e da pesquisa de campo, mediante as entrevistas, conversas informais, histórias de vida, e do cruzamento de fontes escritas e imagéticas o presente estudo se debruçou em compreender as dificuldades enfrentadas atualmente pelos moradores de São José de Icatu e, de que forma estão buscando alternativas no sentido de solucionar tais problemáticas. A pesquisa constatou que foi a partir do contato com o conceito de quilombola, no ano 2000, que houve iniciativa dos habitantes desta povoação, no sentido de tentar trazer para as vivências cotidianas dos seus habitantes a revitalização de valores e tradições dos ancestrais negros. Os líderes da comunidade passaram a incentivar a aceitação da identidade negra, para lutarem pela posse legal de suas terras e conseguir alguns benefícios concedidos pelos Governos Federal e Estadual.

PALAVRAS-CHAVE: Quilombo, Identidade, Movimento Social.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS10

Capítulo I

Escravidão e Resistencia Negra na Amazônia 15

1. Um Panorama Sobre a Escravidão Negra na Amazônia 16
2. A Amazônia e a Política Escravista no Sec. XVIII. 20
3. A Escravidão Negra na Região do Baixo Tocantins. 21
4. Resistência Negra e Formação de Quilombos no Baixo Tocantins. 23

Capítulo II

A Comunidade Remanescente de Quilombos São José de Icatu nas Falas

28dos seus Moradores.

1. Quilombo de Icatu nas memórias e lembranças dos mais velhos.29
2. Tradições Culturais e Religiosidade. 35
3. A Atividade Agrícola: A monocultura da mandioca. 36

CAPITULO III

Identidade Étnica e Movimento Social 49

1. Em Busca de Uma Identidade Negra50
2. O Movimento Negro de Vanguarda: A Luta Contra o Racismo e por Políticas de Ações Afirmativas. 57
3. Comunidade São José de Icatu: Entre Lutas e Conquistas do Movimento Social. 60

CONSIDERAÇÕES FINAIS 69

FONTES UTILIZADAS NA PESQUIZA 73

- a) Relatos Orais 74
- b) Fontes Documentais Escritas74
- c) Fontes Documentais Imagéticas74
- d) Fontes Bibliográficas74

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 76

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O trabalho que ora lhes apresento teve como objetivo primordial compreender como se deu o processo de formação e assunção da identidade negra e quilombola no Povoado de São José de Icatu, município de Mocajuba, Estado do Pará, tentando verificar de que maneira, quando e como os habitantes deste povoado entraram em contato com o conceito de Remanescente de Quilombo (queira ver imagens). No mesmo sentido, se buscou compreender até que ponto os icatuenses assumem a identidade quilombola. Buscamos entender ainda, de que forma os moradores da comunidade vem se organizando no que se refere à reivindicação de seus direitos historicamente negados. Em outras palavras, tentamos compreender um pouco da história do movimento social do povoado de Icatu. A preferência em estudar a temática em questão se justifica por dois motivos: Primeiramente por conta das disciplinas ministradas pelos professores Luís Augusto Pinheiro Leal e Benedita Celeste de Moraes Pinto que ao abordarem temáticas como: África negra, Escravidão e Resistência ao processo escravista, bem como o quilombamento na Amazônia e na região Tocantina, mudaram nossa compreensão acerca destes temas. Quanto a escolha do locus de pesquisa, se deu destaque ao Povoado São José de Icatu por achar que ali reuniria todos os requisitos necessários os quais tencionávamos investigar. Sem contar que em Icatu já tínhamos muitos contatos, o que em tese facilitou o desenrolar da pesquisa. Queríamos pesquisar algo que tivesse relevância para a nossa vida. Como descendente de negros e índios ficávamos tentando em mergulhar na história daquele povo, que de uma certa forma, também é nossa história.

Neste sentido, com intuito de entender um pouco mais dos meandros do processo escravidão, fuga e formação de quilombos na Amazônia, tivemos que dialogar com os seguintes autores: Flávio Gomes (1996); Pinto (2004, 2007, 2010); Salles (2004, 2005), Reis e Santos (1989), Funes (1996). Munido de tais leituras fomos a campo desenvolver a pesquisa. Foram muitas viagens ao povoado de Icatu e muitos cafezinhos tomados. A cada conversa surgiam novos detalhes, informações, indícios que se juntavam para tecer os fios deste trabalho. Assim as informações foram aparecendo e formando um grande mosaico que posteriormente foi sistematizado. A base metodológica para coleta de dados foram as entrevistas junto aos moradores que gentilmente cederam suas memórias na tarefa de constituição histórica e social do

povoado. Por questões de trabalho, as entrevistas foram realizadas sempre aos finais de semana, pois em outros dias nossos informantes estavam sempre ocupados em seus afazeres agrícolas. Por conta disso, as entrevistas eram cedidas constantemente aos domingos, após a missa. Assistíamos a celebração na igreja local aí então começávamos as interpelações nas casas dos moradores. Sempre respeitamos a disponibilidade do entrevistando, agendando com bastante antecedência as visitas, com local e hora também escolhido por ele. As entrevistas foram realizadas com auxílio de câmeras fotográficas e/ou celulares. As fotos e gravações só eram feitas com total permissão dos informantes, pois primamos pelo respeito e jamais constrangê-los em momento algum. Os entrevistados eram escolhidos de acordo com a função desempenhada dentro da comunidade, bem como, o fato de pertencer e morar a bastante tempo no povoado.

Em deferência aos nossos informantes no momento das transcrições das entrevistas primamos em manter as falas na íntegra dos depoentes, sem corte ou acréscimos. Foi a partir das entrevistas (fonte orais), dos documentos cedidos pela comunidade (fontes escritas e imagéticas, artefatos materiais) e da leitura bibliográfica que podemos compor esta obra.

Nesta perspectiva, o presente trabalho está seccionado em três capítulos. O primeiro capítulo faz uma abordagem acerca do processo de escravidão negra na Amazônia nos primeiros séculos da colonização. Neste capítulo traça-se um sucinto panorama da entrada dos primeiros negros na região Amazônica, trazendo à tona o contexto e as reais motivações que possibilitaram a vinda dos cativos africanos para as terras amazonidas. Sem perder de vista a escravidão negra no século XVIII, no contexto da Política Pombalina e o incentivo à entrada de “peças” de escravos através da Cia. do Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Da mesma forma também trata da escravidão e fuga de negros na região do Baixo Tocantins, com destaque para Cametá, Mocajuba e Baião, destacando ainda, a formação de quilombos na região. Nestas condições, buscando apoio teórico nos estudos de autores como Salles, Gomes e Pinto, focalizamos a formação de quilombos como principal fator de resistência à escravidão negra na referida região.

O segundo capítulo aborda a constituição histórica do povoado. Nessa empreitada, foi de fundamental importância a utilização do método da investigação via história oral. Neste sentido, através da memória oral e das histórias de vida de velhos e velhas da comunidade de São José de Icatu buscou-se entender as várias versões reproduzidas sobre as origens do quilombo de Icatu. Neste capítulo também se

destacou pouco dos aspectos cultural e religioso deste povo. Assim, foi através das falas dos mais velhos moradores do lugar, que vieram a tona as lembranças de antigas práticas culturais que há muito já não aconteciam neste povoado, e outras que aos poucos estão se perdendo, das quais se destacam o samba de cacete, o ganzá e os cordões de boi. O capítulo trata, ainda, da monocultura da mandioca, principal atividade econômica dos habitantes de Icatu, além da dinâmica desta produção e as principais dificuldades enfrentadas pelas famílias agricultoras.

O terceiro capítulo, intitulado: Identidade Étnica e Movimento Social, refere-se a construção da identidade negra e quilombola dos moradores da Comunidade São José de Icatu. Destacando, ainda, a organização social deste povoado enquanto grupo, principalmente no que diz respeito à luta pela posse de suas terras, atendendo ao dispositivo constitucional art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que lhes garante o direito de permanecerem nas suas terras e emitir títulos definitivos. Bem como, suas lutas e reivindicações por melhorias nas áreas da saúde, educação, no transporte, no fornecimento de luz e água, e na agricultura.

É importante abrir um parêntese aqui para mencionar a gentileza com que todos nos receberam na comunidade. Desde as criancinhas, que no primeiro contato se mostravam um pouco tímidas e assustadas, até os mais velhos guardiões de um conhecimento espetacular, cuja hospitalidade e desejo de contar sua própria história ajudaram imensamente na produção deste trabalho.

Neste sentido, o presente estudo verificou que a identidade dos moradores de Icatu, assim como preconiza Hall, ainda está em processo de construção. Com base nesta discussão, está equivocado quem pensa que por se tratar de uma Comunidade Remanescente de Quilombos, vai encontrar-se ali uma cultura e uma identidade pautadas eminentemente em valores de seus ancestrais negros. Portanto, se verificou que foi a partir do contato com o conceito de quilombola, no ano 2000, que aconteceram iniciativas por parte dos moradores desta povoação no sentido de trazer para as vivências cotidianas dos seus habitantes a revitalização de valores e tradições dos seus ancestrais quilombolas. Os líderes da comunidade passaram a incentivar a aceitação da identidade negra, para juntos lutarem pela posse legal de suas terras e conseguirem alguns benefícios concedidos pelos Governos Federal e Estadual.

CAPÍTULO I

ESCRAVIDÃO E RESISTÊNCIA NEGRA NA AMAZÔNIA

1.1. UM PANORAMA SOBRE ESCRAVIDÃO NEGRA NA AMAZÔNIA.

Por mais de três séculos, o Brasil foi um país profundamente escravista. Durante essa época, a construção da nação aconteceu, sobretudo, assentada no esforço do trabalhador escravizado. Esse período significativo da história brasileira continua sendo objeto de investigações de antropólogos, economistas, historiadores e sociólogos interessados em desvendar as articulações que sustentaram a ordem escravista por mais de 300 anos (FIABANI, 2005, p. 15).

Ainda hoje causa certo espanto, até mesmo entre o público acadêmico, a afirmação da importância em seus vários sentidos da escravidão negra de origem africana, portanto, da presença negra na Amazônia como um todo, inclusive no Pará. Isto porque, considerada há muito tão-somente terra de índios e florestas, tornou-se a (história da) região amazônica refém de modelos historiográficos ou interpretativos de sua história construídos desde pelo menos a segunda metade do século XIX. Modelos explicativos em que sobressaia em larga medida a tese comum de que a região e sua condição periférica, baseada socioeconomicamente no extrativismo, não desenvolveu *plantation*, portanto a escravidão negra, embora presente fora de pouca ou nenhuma importância, inclusive demograficamente (BEZERRA NETO, 2008, p. 167). Entretanto, o que sabemos é que a presença negra nestas regiões do extremo norte se faz presente desde o início da colonização.

Segundo registros, os primeiros negros chegaram à Amazônia por conta dos ingleses, ainda no século XVII. Em suas diversas tentativas de se apossar do território do extremo norte, ingleses, franceses, holandeses e irlandeses mantiveram constantes contatos com a região Amazônica, chegando a implantar feitorias (SALLES, 2004, p.15). Nesta direção Ferreira afirma que “coube aos ingleses, e não aos portugueses a primazia da introdução do trabalho escravo na costa do Amapá e na foz do Rio Amazonas. Vieram trabalhar em engenhos para fabricação de cana-de-açúcar e aguardente” (FERREIRA, 2003, p. 109 apud TRECCANI, 2006, p. 42).

Contudo, a presença negra na Amazônia se fez sentir desde o início do século XVII, quando da fundação da cidade de Belém. Neste sentido, Vicente Salles afirma que “o escravismo acompanhou os passos dos colonos lusitanos. Em 1637, duas

décadas após a fundação de Belém, entre seus duzentos moradores havia muitos escravos” (SALES, 2005, p.26).

A presença lusitana no extremo norte da colônia esta intimamente relacionada ao contexto internacional da expansão do mercantilismo europeu. No limiar do século XVII, havia uma grande preocupação da coroa portuguesa em defender e ocupar seus territórios, tendo em vista, as constantes ameaças de invasão estrangeira, mormente, franceses, ingleses e holandeses(CHAMBOULYRON, 2006). Todavia, para que a pretendida ocupação e exploração econômica se efetivassem era preciso um grande numero de mão-de-obra disponível. Logo surge o primeiro grande entrave que dificultou o processo de colonização, a saber, a falta de mão-de-obra. Inicialmente recorreu-se a utilização da mão-de-obra nativa indígena(REIS, 1993. p. 9-11).

Quanto à utilização do trabalho indígena, apesar de largamente usada, enfrentou bastantes resistências. Primeiramente condenada pela igreja que não aceitava tal prática, pois considerava os índios como dotados de alma, e que por conta disso, deveria ser catequizado. Entretanto, apesar de todo um aparato legislativo criado pela Coroa portuguesa com intuito de proibir a escravidão indígena e/ou regulamentá-lo, o que se via na prática era um total desrespeito quanto ao cumprimento das mesmas. Tudo isso gerou um intenso conflito entre os colonos e os religiosos, principalmente, os Jesuítas(ALMEIDA, 1992, p. 112). Assim, no sentido de amenizar as tensões e conflitos, bem como, garantir mão-de-obra para o processo de colonização em curso na região, a única alternativa foi a adoção da escravidão negra já existente em outras regiões do país. Assim, segundo Treccani, a introdução dos negros como mão de obra escrava nasceu do compromisso entre os missionários (que defendiam a segregação dos índios) e os colonos (que acreditavam só poder viabilizar seus empreendimentos utilizando a mão-de-obra escrava). Diante de tal dificuldade sempre maiores de se conseguirem braços indígenas, se fazia sempre maior a adesão à proposta apresentada por Antônio Vieira, desde 1633, de se substituir a escravidão dos índios por aquela dos negros africanos (TRECCANI, 2006, p. 42).

Apesar de haver uma presença da mão-de-obra negra desde o começo da colonização portuguesa na região norte, o que se constatou foi um numero insignificante de escravos oriundos da África. Durante todo o século XVII, grande parte dos colonos paraenses utilizava a mão de obra indígena, por ser mais barata e pela facilidade de se conseguir no mercado (AMEIDA, 1988, p. 102). Sobre a inexpressividade numérica de

escravos negros no século XVII destinados para a região amazônica ThayaneKarolyne M. Abreu destaca:

Na Amazônia a escravidão negra não foi tão expressiva, em termos quantitativos, quanto nas regiões açucareiras, mineradoras ou cafeicultoras. Todavia, mesmo dividindo o mundo do trabalho com o indígena, o negro constituiu parcela significativa da mão-de obra, em especial na agropecuária, serviços domésticos e atividades urbanas. (ABREU, s/d, p.2)

Para Salles a introdução da mão obra negra na Amazônia esta diretamente ligada a desavenças entre os colonos portugueses que queriam a qualquer custo escravizar os indígenas e os Jesuítas que por sua vez pretendiam “proteger” e do mesmo modo utilizar a mão de obra dos nativos. Como resultado deste conflito muitos colonos foram forçados a buscar na mão de obra negra africana uma alternativa no sentido de suprir as necessidades de braços para o cultivo de suas lavouras. Ao mesmo tempo, a própria coroa portuguesa estimulou, organizou e financiou a importação de mão de obra negra através da Companhia do Comercio do Grão-Pará e Maranhão, entre os anos de 1755 e 1778(SALLES, 2005, p. 26).

Com uma atividade agrícola insipiente e pouco diversificada, a região amazônica apresentou muita dificuldade para organizar um trafico sistemático de escravos diretamente aos portos de Belém. De inicio a entrada das peças de escravos africanos para atuar nos engenhos de açúcar e outra atividades produtivas esteve diretamente vinculado e dependente do comercio de escravos destinados ao Maranhão. Tal dependência no abastecimento de mão de obra a região amazônica, gerou bastante descontentamento por parte dos colonos paraenses, uma vez que grande parte do contingente de escravos destinados às duas praças ficava quase sempre nos portos do Maranhão. Isso tudo provocou um ferrenho conflito entre os senhores paraenses versus senhores maranhenses na consecução das peças de escravos (SALLES, 2005,p. 46). Neste sentido Sales salienta:

O trafico negreiro gerou uma luta entre os moradores do Pará e Maranhão. A luta tendia a se aguar. Ordena o rei que os africanos fossem repartidos igualmente nas duas praças: São Luís e Belém. Mais os navios, que aportavam primeiramente no Maranhão, lá despejavam a carga, contrariando assim a provisão de 10 de abril de 1680. Há reclamações dos moradores do Pará devido a não ter repartido com eles os negros desembarcados do navio que zarpara da

Segundo as afirmações de Salles, o preço das “peças” também dificultava o desenvolvimento deste comércio, pois somente os colonos mais abastados tinham condições de comprar os escravos (SALLES, 2005,p. 55-56). Nesta perspectiva,Almeida¹ desta que “a escravidão negra foi insignificante na Amazônia durante o século XVII e metade do século XVIII, apesar das tentativas tanto da Coroa Portuguesa quanto das autoridades no sentido de incentivá-la” (ALMEIDA, 1988, p.113). Para esta autora a dificuldade de introdução da mão-de-obra negra na Amazônia esta relacionado a diversos fatores. Dentre eles ela destaca: as péssimas condições geográficas e ecológicas da Amazônia, o que não proporcionou, a exemplo do nordeste brasileiro, um desenvolvimento da agricultura aos moldes da *plantation*; o grande contingente de população indígena disponível e que foi amplamente utilizada como mão de obra escrava; e por fim, o predomínio de uma economia alicerçada no extrativismo (ALMEIDA, 1988, p. 102).

A dificuldade da implementação de um sistema agrícola eficiente e diversificado, alicerçado na força de trabalho do escravo negro fez com que o extrativismo se tornasse a atividade econômica mais lucrativa e predominante na Amazônia. Destarte, tal conjuntura mudou decisivamente a dinâmica econômica da região, provocando uma séria crise nas lavouras. A atividade extração das drogas do sertão mostrou-se uma alternativa extremamente atraente para os colonos, uma vez que os custos eram muito mais baixos em relação à agricultura tradicional da monocultura da cana-de-açúcar e os preços dos produtos estavam sempre em alta. Tais prerrogativas fizeram com que muitos colonos deixassem a agricultura e migrassem para o extrativismo(ALMEIDA, 1988,p. 103).

Apesar de todos estes fatores sempre houve iniciativas no sentido de incrementar a introdução de escravos negros na região amazônica. Já em 1682 a coroa portuguesa com intuito de atender as reivindicações dos colonos da região criou a Cia de Comercio do Maranhão que deveria importar 10.000 escravos num período de 20 anos. Entretanto, apesar de todos os esforços a Cia do Comercio do Maranhão não obteve o sucesso

¹ Em sua obra “Trabalho compulsório na Amazônia: séculos XVII-XVIII”, Maria Regina Celestino de Almeida faz uma caracterização da força de trabalho na Amazônia, enfatizando que esta região apresenta uma dinâmica peculiar de funcionamento no que se refere à produção física de suas relações sociais de produção. Neste sentido, para se entender tal logica deve-se fazer uma análise histórica que leve em consideração tanto a dinâmica interna quanto a externa das sociedades coloniais.

esperado e teve uma curta duração, apenas dois anos (1682-1684). Há de se notar, com tudo isso, que até meados do século XVIII o número de escravos negros que entrou na Amazônia mostrou-se bastante irrisório e pouco significativo, principalmente se comparado àqueles destinados a região nordeste da colônia (ALMEIDA, 1988, p. 104).

1.2.A AMAZÔNIA E A POLÍTICA ESCRAVISTA NO SÉCULO XVIII

Para Eurípedes Funes, na Amazônia, a escravidão negra não foi tão expressiva, em termos quantitativos, quanto nas regiões açucareiras, mineradoras ou cafeicultoras. Todavia, mesmo dividindo o mundo do trabalho com o indígena, o negro constituiu parcela significativa da mão-de-obra escrava, em especial na agropecuária, serviços domésticos e atividades urbanas (FUNES, 1996, p. 470).

Foi somente a partir da segunda metade do século XVIII, com o governo de Mendonça Furtado, dentro do contexto da chamada “política pombalina” que o número de escravos negros destinados a Amazônia deu um salto significativo. Foi neste contexto, então, que se criou a Cia. Geral do Comércio de Grão-Pará e Maranhão (1755-1778). Segundo Manuel Barata, durante os mais de 20 anos de vigência e atuação da Cia. Geral de Comércio Grão-Pará e Maranhão foram introduzidos somente na província do Pará 12.587 escravos negros da África (BARATA apud SALLES, 2005). Ainda na perspectiva de Salles, a média anual de escravos introduzidos na região no período de 1755 a 1816, nunca foi inferior a 500 escravos (Salles, 2005, p. 75).

Na perspectiva de Maria Regina Celestina de Almeida, o aumento da demanda para o mercado de escravos africanos, após a 2ª metade do século XVIII, deveu-se a dois fatores: à política de incentivo à introdução do negro desenvolvida por Mendonça Furtado e, principalmente, à diminuição crescente da mão-de-obra indígena causada por quase dois séculos de colonização (ALMEIDA, 1988, p. 105).

Já no final do século XVIII e início do século XIX o número de escravos negros introduzidos na região amazônica continuou crescendo. Salles, citando Baena, Manuel Barata e Manuel Nunes Ribeiro confirma um número de 14.749 escravos despachados na alfândega do Pará (SALLES, 2005, p. 55). Segundo as pesquisas de Salles, durante

todo século XIX a importação de escravos da África e demais regiões da colônia brasileira não cessou para as terras amazônicas. Assim, no ano de 1823, por exemplo, entraram no Pará, nada menos de 1.147 escravos novos (SALLES, 2005, p. 75). Tudo isso nos leva a constatar que a presença negra na região amazônica se deu desde início do século XVII, com o esforço dos portugueses em defender o seu território dos países estrangeiros que, naquele período, queriam dominar a região, com intuito de formar feitorias para produzir a tão famigerada e lucrativa cana-de-açúcar (CHAMBOULEYRON, 2006, p. 2).

1.3. A ESCRAVIDÃO NEGRA NA REGIÃO DO BAIXO TOCANTINS

No que tange a escravidão negra na microrregião do baixo Tocantins² não dispomos de dados satisfatórios no sentido de precisar um quantitativo exato sobre a presença desta mão-de-obra na região. As pesquisas que se debruçaram sobre a temática em questão, também ainda são insuficientes para fazer um panorama geral sobre a presença negra na região. Entretanto, não podemos desconsiderar a presença negra escrava como força de trabalho neste território, principalmente próximo a Cametá (PINTO, 2004, p. 42).

Autores como Salles (2005), Gomes (2006) e Pinto (1999) abordam a temática em questão confirmando a constante presença negra na microrregião do Baixo Tocantins, bem como, sua constante luta contra o regime de escravidão ao qual estavam submetidos.

Como é sabido, desde o início do século XVII a Amazônia se configurou numa região que recebeu um grande contingente de escravo negro. O tráfico e a escravidão se intensificou a partir de meados do século XVIII com a sistematização do processo de colonização, posta em prática pela política Pombalina, via governo Mendonça Furtado, que através da Cia. Geral de Comercio Grão-Pará e Maranhão despejou por todo o vale amazônico um grande número de mão-de-obra escrava negra (PINTO, 2004).

² A região do Tocantins ou microrregião de Cametá é composta pelos seguintes municípios paraenses: Abaetetuba, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará.

Segundo Gomes, devido à região ficar relativamente próxima às cercanias da Capital, Belém, então centro político-administrativo e região com maior concentração das atividades agrícolas da província, o Baixo Tocantins também foi palco da presença negra de maneira bastante expressiva, tanto no campo econômico quanto nos aspectos socioculturais, formando, dessa forma, uma cultura com características próprias (GOMES, 2006). Com objetivo do plantio e cultivo da cana-de-açúcar, formaram-se ao longo da calha do rio Tocantins grandes latifúndios produtores deste produto agrícola empregando como força de trabalho os braços do negro africano. Assim, de acordo com Flavio dos Santos Gomes:

Algumas áreas ao longo do grande rio Tocantins foram importantes regiões com escravidão africana na Amazônia colonial e pós-colonial. Com uma ocupação iniciada em fins do século XVII, somente no século XIX tiveram, entretanto, desenvolvimento com a lavoura canavieira, principalmente em localidades em torno do Baixo Tocantins, como Cametá e Mocajuba (GOMES, 2006, p.1).

No mesmo sentido, Vicente Salles aponta que a lavoura canavieira ocupou uma área bem mais extensa do que o atual.

(...) Subiu também a calha do Tocantins. Em Cametá, por exemplo, em 1752, dentro da vila e sítios da redondeza, somavam-se 129 propriedades agrícolas, cujo pessoal trabalhava especialmente na lavoura da cana, cacau e nos roçados de espécies alimentícias (SALLES, 2004, p. 48).

Segundo Flavio Gomes em termos demográficos ao longo do século XIX e XIX a população negra na região sempre foi considerável. Ainda conforme o referido autor, em 1848, excetuando Mocajuba, sobre o qual não dispunha de dados, a população escrava desta vasta área, que abrangia Barcarena, Moju, Acara, Guamá, Igarapé-Miri, Abaeté, Cametá, Baião e Oeiras era de 11.199, sendo de 51% (5.702) de homens (GOMES, 2006, p. 2).

Como vimos, a Microrregião do Baixo Tocantins consubstanciou-se como espaço significativo no que se refere à presença negra escrava. Cametá, por exemplo, figurou como uma região de grande concentração de mão de obra escrava, empregada largamente na produção de açúcar, cacau, tabaco, arroz, bem com, na extração das chamadas drogas do sertão. Território relativamente próximo à Belém, Cametá exerceu,

ao longo dos séculos XVIII e XIX, grande influencia na formação histórica, econômica e cultural da região amazônica(GOMES, 2006, 281-282).

1. 4. RESISTÊNCIA NEGRA E FORMAÇÃO DE QUILOMBOS NA REGIÃO DO BAIXO TOCANTINS

Durante mais de três séculos de vigência da escravidão negra no Brasil, milhões de pessoas foram arrancadas de suas terras e submetidas ao trabalho forçado nas fazendas, nas minas, nos engenhos e nos serviços domésticos. Submetidos ao cativeiro, foram obrigados a trabalhar dia e noite sob pena de sofrer castigos ou maus tratos. Homens, mulheres e crianças ajudaram a construir nosso país alicerçado no trabalho escravo. Segundo Adelmir Fiabani, é impossível compreender a história desta nação dissociada da herança escravista(FIABANI, 2005, p. 21).

Na região do Tocantins, vários povoados negros rurais tem suas origens marcadas pela existência desses redutos de fugitivos, cujos traços são fortemente marcados pela mistura de crenças e credos religiosos afros e indígenas, que ao constituírem os mocambos ou quilombos da região, compartilhavam meios de crer, lutar e sobreviver (PINTO, 2004, p. 50). Embora haja escassez de documentações escritas referente aos redutos de resistência negra na região, envereda-se por outros caminhos, elegendo outras fontes de estudo (PINTO, 2004, p. 23).

Por muito tempo a historiografia tradicional nos incutiu e nos fez acreditar que o processo de escravidão foi aceito de forma passiva, sem luta, ou sem resistência, por parte dos cativos. Segundo tal ideologia bastante difundida nos meios acadêmicos, a escravidão era aceita resignadamente, ou seja, não havia embate, ou luta de classe, como queira os marxistas, entre senhores e escravos, pois as relações eram harmoniosas, sem conflitos. Nesta perspectiva, o escravo se conformava com o seu destino previamente determinado, abdicava a qualquer forma de luta³.

³Criada por Gilberto Freyre em sua obra “Casa Grande & Senzala” e largamente difundida no Brasil a partir da primeira metade do século XX, tal concepção baseava-se no mito da “democracia racial”.

Entretanto, apesar de todo o esforço da historiografia tradicional em cristalizar a ideia acima mencionada, o que sabemos é que durante todo o período que durou a escravidão no Brasil, houve sim resistência e enfrentamento do trabalho compulsório escravo. Por todas as plagas onde existiu trabalho feitorizado, indubitavelmente houve um processo intenso de buscas de alternativas no sentido de se libertar do trabalho forçado. Na perspectiva de João José Reis e Eduardo Silva, onde houve escravidão houve resistência. E de vários tipos. Mesmo sob a ameaça do chicote, o escravo negociava espaço de autonomia com os senhores ou fazia corpo mole no trabalho, quebrava ferramentas, incendiava plantações, agredia senhores e feitores, rebelava-se individual e coletivamente. Houve, no entanto, um tipo de resistência que poderíamos caracterizar como a mais típica da escravidão – e de outras formas de trabalho forçado. Trata-se da fuga e formação de grupos de escravos fugidos (REIS & SILVA, 1989, p. 9).

Segunda a grande maioria dos autores contemporâneos que se dedicam a temática do escravismo,⁴ as fugas foram constantes durante toda a vigência do regime escravista. Neste sentido, conforme afirma Fiabani,

Nos mais de 300 anos que vigorou o sistema escravista no Brasil, o quilombo constituiu um enclave, uma das principais alternativas de negação da produção escravista por parte dos produtores oprimidos. Marcou sua presença e existiu praticamente em toda a extensão do território do Brasil. O quilombo representou uma afirmação da oposição do produtor feitorizado contra o escravismo, produto da singularidade desse tipo de sociedade (FIABANI, 2005, p. 23).

O quilombo constituiu-se como principal mecanismo de negação da escravidão negra. As fugas constantes ameaçaram o sistema produtivo colonial. Para Salles, “o processo tradicional da busca da liberdade consistiu invariavelmente na fuga para os matos, onde os negros se reuniam, solidários entre si, e formavam os quilombos” (SALLES, 2004, p. 237). Segundo Treccani, a luta pela sobrevivência, por melhores condições de vida e a fuga foram elementos essenciais de resistência. Para dificultar a ação repressora do Estado alguns quilombos mudavam continuamente de localização: se constituíam e mudavam de local conforme a necessidade (TRECCANI, 2006, p. 60).

⁴ Autores como, Clóvis Moura, Edison Carneiro, Luís Luna, Eugene Genovese, Décio Freitas, Kátia Mattoso, Mário Maestri, João José Reis se debruçaram sobre a questão da escravidão enfocando a fuga com principal instrumento de resistência ao cativeiro e na conquista de sua liberdade.

Na perspectiva de Pinto, fugas e aquilombamentos traziam um grande mal-estar para os fazendeiros, proprietários de escravos de modo geral e para as autoridades legais da província do Grão-Pará e vizinhança, que, preocupados com tal situação, tornavam-na pública, quase que diariamente, através das notícias de negros fugidos e seus quilombos (PINTO, 2004, p. 41). Ainda neste sentido, Reis e Silva afirmam que a unidade básica de resistência no sistema escravista, seu aspecto típico, foram as fugas. Para um produtor direto definido como “cativo”, o abandono do trabalho é um desafio radical, um ataque frontal e deliberado ao direito de propriedade (REIS & SILVA, 1989, p. 62). Neste sentido, os quilombos se configuravam como núcleos populacionais formados por escravos fugitivos. Nesses locais eles resistiam à escravidão e defendiam a liberdade; homens e mulheres tentavam reconstituir nos quilombos as várias versões de uma vida comum: realizavam festas, plantavam, coletavam, pescavam, caçavam e praticavam transações econômicas possíveis. Tentavam estabelecer nos quilombos espaços políticos, econômicos, sociais e culturais (PINTO, 1999, p. 35).

Para Salles, a fuga de escravos tornou-se um processo contínuo, rotineiro e, em muitos casos, incontrolável. Tal processo acelerou-se ainda mais com a propaganda da independência, pelo fascínio que esta exerceu sobre os escravos na busca pela liberdade. (SALLES, 2005, p. 242). Estes, nas fugas, mesmo perseguidos pela força militar, cujo emprego principal se tornou a caça, de fugitivos, tomaram rumo de diversas direções. No itinerário das fugas de negros escravos, a região do Baixo Tocantins despertava uma certa sedução, pois aí, principalmente na localidade de Cametá, ventilavam-se algumas movimentações contra o regime de então que se arrastaram após a Adesão do Pará à Independência, mesclando com os ideais do movimento cabano (PINTO, 2007, p. 32). Sobre este aspecto Palma Muniz, na obra *Adesão do Grão-Pará à Independência*, cita o seguinte documento:

Distrito de Cametá, para onde mais afluíam os escravos fugidos e os próprios desertores das tropas, era uma verdadeira ameaça, por se ter nesse período tornado um foco de desordens, que se prolongaram até depois da adesão à independência, e para assim dizer, emendando com os lutosos dias da cabanagem, havendo sido uma medida quase que paliativa a ida do Bispo D. Romualdo a Cametá a pedido da junta de 17 de agosto de 1823, logo depois da proclamação de D. Pedro. (Palma Muniz apud, PINTO, 2007, p. 33).

Segundo as análises de Pinto, a região do Baixo Tocantins foi marcada pela existência de vários quilombos. Alguns deles foram destruídos; outros jamais foram descobertos. Os quilombolas, diante de ameaças de reescravidão e dos riscos de aniquilamento, adentraram pelas matas, rios e igarapés e, no interior da floresta, organizaram novos quilombos, como ocorreu nos municípios de Cametá, Mocajuba e Baião. Ainda hoje permanecem nesta região, os vestígios desses redutos negros, e suas histórias estão sendo reconstituídas a partir da evocação da memória e do exercício das lembranças de seus descendentes que vivem nos povoados remanescentes (PINTO, 2010, p. 30-31).

Ao se referir sobre a formação de mini quilombos na referida região, no distrito de Juaba, às margens do Igarapé Itapocu, Pinto ressalta, que foi formado na segunda metade do século XVII, o quilombo do Mola, um dos mais importantes focos de resistência negra da região do Tocantins, que deu origem a vários pequenos miniquilombos, dos quais destacam-se: Tomásia, Laguinho, Porto Alegre, Porto Grande, Itapocu, Bom Fim, Boa Esperança, Puxa Regue, Matias, Mocambo e João Igarapé. No município de Mocajuba formou-se o quilombo de Icatu e Putiri. Enquanto Umarizal, Bailique Centro, Bailique Beira, Joana Peres, Retiro, Santa Fé e Igarapé Preto, no município de Baião, originaram-se do antigo quilombo de Paxibal (PINTO, 2010, p. 56).

Referindo-se as fugas, no meio da floresta, na cabeceira de furos e igarapés, Pinto menciona que os negros fugidos driblavam as forças legais, para constituírem seus redutos. Conforme afirmava tia Chiquinha, uma moradora do povoado de Umarizal, “caminhavam dias e dias pela mata, comendo fruta, às vezes, bebendo água de cipó até chegar onde estava sua gente já livre, liberta dos castigos e da humilhação de apanhá do senhor”. E, assim, fugindo da escravidão, esgueirando-se da perseguição das forças legais, nos mocambos ou quilombos, homens e mulheres tomavam pra si a condição de liberto (PINTO, 2010, p. 56). Na concepção de Gomes, a questão é que não havia um único e concentrado quilombo nesta região, mais sim vários mocambos, muitos misturados com camponeses e regatões, que ora estavam dispersos, ora articulados em termos econômicos e de proteção. Talvez alguns mocambos tivessem sido articulados por grupos familiares, de parentesco ou “malungos” de fugas e escapadas pelas matas (GOMES, 2006, p. 286).

Nesta perspectiva, conforme afirma Pinto, é mediante a memória, que se busca reconstituir a historicidade de povoados negros rurais da região do Tocantins, que acaba

vindo à tona através das falas multifacetadas dos velhos e velhas (PINTO, 2010, p. 47). Como é o caso do povoado remanescente de quilombos São José de Icatu, onde foi centrado o presente estudo com intuito de buscar compreender o seu sentido histórico-social enquanto uma comunidade negra rural do município de Baião, região do Tocantins, no estado do Pará.

CAPÍTULO II

A COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBOS SÃO JOSÉ DE ICATU NAS FALAS DOS SEUS MORADORES

2.1.O QUILOMBO DE ICATU NA MEMÓRIA DOS MAIS VELHOS

A Comunidade Remanescente de Quilombos São José de Icatu pertence a região do Baixo Tocantins. Esta região é polarizada pelos aglomerados urbanos de Cametá e Abaetetuba, e mais nove municípios da mesorregião Nordeste Paraense: Acará, Baião, Barcarena, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia (MDA, 2012).

Desta forma o povoado de São José de Icatu, pertence ao território do município de Mocajuba. Segundo dados do IDESP (Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará, 2012), este município possui uma extensão de 967 Km², localiza-se no Nordeste do Estado do Pará, Região do Baixo Tocantins, a uma distância de 173 quilômetros em linha reta capital – Belém. Suas coordenadas geográficas são 2°34'46'' de latitude sul e 49°30'19'' de longitude W Gr. O Município de Mocajuba faz limite com os seguintes Municípios: ao norte com Cametá e Igarapé-Miri, a leste com Moju, ao sul com Baião e a oeste com o município de Oeiras do Pará.

A Comunidade Remanescente de Quilombos São José de Icatu está situada na fronteira limite, entre os municípios de Mocajuba e Baião, a 220 km da capital Belém. Localiza-se às margens do igarapé Putiri, que desemboca ao Rio Tauaré que, por seu turno, é braço do Rio Tocantins. Em termos de jurisdição política-administrativa, a comunidade pertence ao município de Baião, entretanto, a maioria dos moradores quando querem algum serviço dirigem-se ao município de Mocajuba.

Icatu limita-se a norte com as comunidades de Putiri e Acapu, ao sul com a comunidade de Bracinho de Icatu, a leste com a comunidade de Campinho e a oeste com a comunidade de Marariá. A área de abrangência da Comunidade de Icatu começa na rodovia estadual PA – 151, no Km 195 e vai até o Km 200. As coordenadas de Icatu são 2°40'43'' de latitude sul e 49°35'69'' de longitude WGr (ARAGÃO, SOUZA, CONCEIÇÃO, SANTOS, 2012, p. 16).

O acesso à esta comunidade é relativamente fácil e pode se dar de duas formas: por via fluvial através do rio Tauaré, afluente do Tocantins, usando meios de transportes como rabetas, barcos, cascos, pequenas lanchas e voadeiras. Ou por via terrestre usando carros, motos, ônibus e bicicleta, através da PA-151 até o km 198, em seguida adentra-se o ramal vicinal “quilombos de Icatu” de 4 km até chegar ao povoado. O trajeto entre o

município de Mocajuba até a comunidade é feito, em média, em 20 minutos de moto ou carro, se for pelos rios, em torno de 30 minutos.

Na visão de Funes, a memória constitui elemento de significativa importância à reconstituição do processo histórico. Nas comunidades remanescentes de mocambos ela está mais viva entre os velhos, netos e bisnetos de mocambeiros, guardiões das histórias que seus antepassados lhe contavam. É a eles que se recorre, para ampliar os horizontes da pesquisa sobre essas organizações sociais. Um dos critérios básicos para escolher os interlocutores é que sejam descendentes de quilombolas e depositários de uma memória que, mesmo narrada de forma individual, expresse lembranças coletivas (FUNES, 1996, p. 468). Neste sentido, tendo em vista as dificuldades para se encontrar fontes escritas que fossem úteis na empreitada de compreender a constituição histórica e social da Comunidade Remanescente de Quilombos São José de Icatu, este trabalho lançou mão da memória dos velhos e velhas do povoado. Nesta perspectiva, concordo com Pinto, quando esta autora afirma, que é mediante a memória oral que se busca compreender a historicidade de povoados negros rurais da região do baixo Tocantins (PINTO, 2007, p. 37).

Partindo de uma abordagem de cunho etnográfica, com base na memória oral, através de relatos orais e histórias de vida, foi possível fazer a reconstituição histórica, social e cultural da comunidade de Icatu. Nestas condições, mediante entrevistas, observações aparentemente casuais, conversas informais, análise de documentos escritos, imagéticos e da cultura material, além de outros métodos de investigação conseguimos compor as análises do presente estudo, que traz a tona um pouco da constituição histórica da povoação de Icatu e da sua gente. Desta forma, temos o propósito de interpretar e reconstituir o processo histórico vivido dos moradores desta comunidade, procurando observar seu modo de ver e estar no mundo, bem como as lutas e resistências dos seus ancestrais contra o processo degradante de escravidão que vivenciaram no passado.

Portanto, a tessitura deste trabalho só foi possível graças ao um mergulho profundo nas memórias dos mais velhos habitantes da referida comunidade, cujas lembranças trazem à tona realidades vividas, sonhadas, compartilhadas e experienciadas. Conforme afirma Ecléa Bosi é pela memória que o “passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, ‘desloca’ estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece

como uma força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora”(BOSI, 1994, p. 47 apud PINTO, 2007, p. 19).

Desta forma, além da memória oral, utilizada como fonte principal, mediante entrevistas e longas conversas com os habitantes do povoado de Icatu, também foi de fundamental importância se estabelecer diálogos com outras fontes, como documentos pessoais (certidões de nascimento, certidões de casamento, certidão de óbitos), títulos de terra, atas de reuniões, estatuto da Associação Remanescente de Quilombola, fotografias, mapas de localização, artefato da cultura material, além de outros. Ao se referir sobre a importância de se pesquisar uma grande variedade de fontes documentais, possibilitando com isso o entrecruzamento das informações, Thompson destaca que é preferível não negar a importância das outras fontes, como documentos oficiais. Estamos sempre dialogando com outras fontes, pois a intenção não é transformar as falas em verdades (THOMPSON apud SOUZA, 2013, p. 24).

Nestas condições, ressaltamos que durante as entrevistas sempre procurávamos deixar nossos interlocutores bem a vontade, sem interferências de nenhuma natureza, para que assim as lembranças pudessem emergir do baú das suas memórias. Como lembrou muito bem Pinto, não me detive só na fala, mais também no gesto, na maneira de sentar, na elegância da voz, dos rústicos e calejados dedos (PINTO, 2007. P, 20).

Segundo a oralidade local, a origem do povoado de Icatu está diretamente ligada a resistência negra ao processo de escravidão, que durante séculos acometeu milhares de negros. A oposição física e cultural ao cativo gerou, como já dissemos antes, um constante fluxo de negros, que se embrenhavam nas matas em busca de liberdade. Foi através do rotineiro processo de fuga que se formou o povoado de Icatu. Entretanto, no que concerne a origem do referido povoado, as informações que coletamos são um pouco desencontradas e, em certo ponto, discrepantes. Neste sentido, as informações nos levaram a duas versões. O senhor Domingos Rosa, um dos guardiões das memórias de Icatu, conta que os negros que formaram este povoado eram oriundos das fazendas de cacau que ficavam ali nas proximidades. Segundo este mesmo entrevistado, os negros pertenciam a grandes comerciantes portugueses e espanhóis das regiões de Putiri, Tauaré e Marariá, e que cansados do trabalho escravo meteram-se em fuga:

Bom o que eu sei dizer é que eles vieram trabalhar pros brancos portugueses que essas terras todo aqui era de português, sabe, essas ilhas aí, putiri, tauaré, (...), que eram os portugueses, o avô do Nilton Rascon era espanhol, eu conheci o pai do Jofre, alguns, tinha uma mulher Luísa turca na boca do marariá, e era assim tinha muita gente assim,

(...),é ,eles cultivavam essas terras daqui, eles que plantavam faziam, o cacuá, faziam tudo, ai, eu sei que quando eu me entende tinha muito preto por aqui, quando me entende tava na faixa de 8 anos., só que os pretos se localizavam mais pra cima, lá pra cima, aqui não tinha tanto(João Rosa Rodrigues, 72 anos – morador do povoado de Icatu).

Outra versão sobre a origem do povoado de Icatu menciona que, os primeiros negros que chegaram neste território, migraram de regiões mais distantes como,Igarapé–Miri e Abaetetuba. Tais informações se cruzam e não são descartadas, tendo em vista que a referida região do Tocantins foi um local de grande concentração de mão de obra negra escrava.Neste sentido, o senhor Domingos Flávio, mais conhecido no local como Pepino, relata o seguinte:

Informações que se tem é que eles vieram uma parte da região de Igarapé – Miri e de Abaetetuba, de onde havia escravidão, de lá pra cá eles vieram e também da região de Cametá, do rumo de Juaba, de algumas famílias que vieram pra essa região em busca de trabalho, e em busca de terra (Domingos Flávio Lopes Farias, 44 anos, Professor e líder Comunitário de Icatu).

Desta forma, assim como, muitos povoados quilombolas que se formaram no interior da Amazônia, é difícil precisar uma data certa sobre a origem e/ou a chegada dos primeiros negros no Icatu. O que se sabe é que os primeiros habitantes tomaram pé da região em meados do século XVIII, por volta de 1770, muitos também vindos de outros povoados negros como o quilombo do Mola muito citado nas memórias dos entrevistados:

Icatu é uma comunidade bastante antiga, uma das comunidades quilombola mais antiga da região tocantina, e talvez a mais antiga seja mesmo a comunidade do Mola que de acordo com as pesquisas, né, e o que a gente tem de registro e que fica no município de Cametá e foi fundada por volta de 1750, e aqui em Icatu, 1770, o povoamento que se deu aqui, quando o primeiros povoadores chegaram aqui (Domingos Flávio Lopes Farias, 44 anos, Professor e líder Comunitário de Icatu).

De acordo com a pesquisa desenvolvida pelo senhor Domingos Flávio Lopes Farias, nascido, criado e professor-coordenador da escola local, a comunidade de Icatu

já existe a cerca de 240 anos. Sua pesquisa foi desenvolvida com a ajudadas pessoas mais velhas da localidade. Este professor reúne um acervo de informações sobre a história da comunidade. Segundo suas palavras, o interesse em se aprofundar mais sobre a historia do povoado se deu a partir do ano 2000 quando a Universidade Federal do Pará iniciou uma pesquisa antropológica na comunidade com intuito de torna-la uma Comunidade Remanescente de Quilombo. Em sua pesquisa, baseada em relatos orais dos moradores mais antigos da comunidade, o professor Domingos Flávio obteve uma serie de informações relevantes sobre a origem e formação do povoado. Em seus estudos constam, também, dados recentes sobre o aspecto populacional local, número de habitantes, percentual de negros, numero de famílias, etc. Dentre os relatos presentes na pesquisa do professor, destaca-se os do senhor Feliciano Leite Farias (imagem 3), falecido em 2005, com 89 anos de idade, até aquela data.

Imagem 03: Senhor Feliciano Leite Farias, bisneto dos primeiros escravos que chegaram no quilombo. Fonte: arquivo pessoal do professor Domingos Flávio.

Segundo Domingos Flávio Lopes Farias, o senhor Feliciano Farias, uma das pessoas que lhe ajudaram na pesquisa, contou que a comunidade de Icatu começou a ser povoada no século XVIII, por negros que fugiram de fazendas e áreas de engenhos em busca de liberdade. Estes negros eram oriundos de localidades próximas como Abaetetuba e Igarapé-Miri, que até aquela data figuravam como os grandes polos da atividade canavieira da região do Baixo Tocantins. Estes negros fugitivos iam em busca de áreas isoladas e de difícil acesso, como estratégia de sobrevivência e libertação dos pesados trabalhos a que eram submetidos nos canaviais. Feliciano Farias contou, segundo o que ouvia os mais velhos falarem, que numa das fugas, um grupo de negros achou uma área ainda pouco povoada, localizada mais ao centro do atual município de Mocajuba, atualmente reconhecida e titulada como área de remanescentes de Quilombos São José de Icatu. Os primeiros refugiados ao chegarem, neste local, encontram vestígios da presença de outros habitantes, ao que tudo indica, eram índios. Encontrando alguns objetos característicos destes, como restos de potes de cerâmicas com traços similares aos da manufatura indígena pré-colombiana, fragmentos de louças com pinturas e ainda foram encontradas peças alemãs, que, no entanto, não se pode comprovar a origem destes objetos, pois os mesmos foram retirados dos seus sítios arqueológicos (ARAGÃO, SOUZA, CONCEIÇÃO, SANTOS, 2012, p. 19).

Na pesquisa realizada por Flavio Gomes e sua equipe, no ano de 1996, na região do Baixo Tocantins, foram identificados e catalogados vários povoados negros rurais. Em sua descrição sobre o povoado de Icatu, Gomes destaca:

Fica situado próximo aos rios Tauaré e Tauarezinho. Para alcançá-lo é necessário descer o igarapé Putiri. Este povoado possui um formato semicircular. Suas casas ficam dispostas num extenso prolongamento (numa topografia alta, de cerca de 20 metros acima do nível do rio), acompanhando as margens do igarapé Putiri. A base da sua economia é a farinha. Neste povoado existem cerca de 20 “casas-de-forno”. Produz-se também arroz e milho. Em Icatu notou-se em vários moradores (tanto os idosos como os jovens) as características de população de “caboclos”, misturada entre negros e índios. Segundo a tradição oral, o povoado começou a partir de um pequeno grupo de negros fugidos por volta de meados do século XIX. Houve contatos com grupos indígenas circunvizinhos. Depois da abolição, a população aumentou bastante, inclusive, devido aos contatos entre “regatões”, seringueiros (até mesmo migrantes portugueses), libertos etc. (GOMES, 2006, p.288).

Dizem no local que o nome da comunidade de Icatu é de origem indígena. A terminologia da palavra Icatu significa: “I” que significa Rio, “Catu” que quer dizer: águas boas; “rio das águas boas”. Icatu é um pequeno rio que deságua na parte meridional do canal Tauaré no sentido leste para oeste, recebendo como afluente o Rio Putiri nas proximidades da Ilha Rufino (ARAGÃO, SOUZA, CONCEIÇÃO e SANTOS, 2012, p. 16).

O povoado de Icatu, assim como a maioria dos povoados negros da Amazônia, originou-se da resistência negra ao cativo e ao imperativo dos senhores de engenho. Na busca pela liberdade, encontraram naquelas paragens de terra firma um ótimo lugar para continuar reproduzindo seus legados socioculturais e religiosos. Inventaram e reinventaram suas tradições,⁵ seu modo de viver e sobreviver.

2.2. TRADIÇÕES CULTURAIS E RELIGIOSIDADE

Segundo estimativa dos líderes da povoação de Icatu, vivem neste povoado em torno de 81 famílias. Sendo que nem todos residem na sede ou núcleo onde se agrega a maior parte dos habitantes. Muitas famílias ainda moram longe, em seus “centros”, ou seja, em terrenos afastados onde cultivam as roças e outros tipos de plantações.

No centro do povoado encontramos a igreja, a escola, o posto de saúde, o barracão de festa, a sede da Associação dos Remanescentes de Quilombola e muitas moradias. Grande parte dos moradores vive no conjunto residencial construído pela COHAB e entregue em 2012. O conjunto habitacional é composto por 50 casas muito simples (sala, quarto, cozinha e banheiro, com 39 m²), foi uma das recentes conquistas alcançadas pelos remanescentes de quilombo de Icatu, que por meio de muita luta e reivindicação junto ao governo conseguiu as casas para muitas famílias que não tinham residências.

No que tange ao aspecto religioso, os moradores da Comunidade São José de Icatu, ainda preservam muito forte as tradições do catolicismo. Grande maioria

⁵ Sobre o conceito de “invenção de tradições”, ver Eric Hobsbawm e Terence Ranger.

população local professa o catolicismo como religião oficial. A igreja Católica sempre exerceu, e ainda exercia forte influência na vida dos moradores locais. Prova disso é que em 1969 foi construída a Comunidade Cristã da Igreja Católica e em 1976, acontece a construção da primeira igreja Católica da Comunidade.

Todo domingo as pessoas – jovens, adultos, velhos e crianças - percorrem longas distancias para participar do culto católico (missa). Os cultos são celebrados por toda comunidade, que divide as tarefas por grupos, assim todos acabam participando (veja imagem 04). A comunidade tem como santo padroeiro, São José o mesmo que deu nome ao povoado, cuja festividade em sua homenagem é celebrada todo mês de setembro, entre os dias 19 a 29. A comunidade católica de São José está vinculada à paróquia de Mocajuba.

Na questão religiosa basicamente se sustenta do catolicismo, mas antes a questão da “umbanda” algumas pessoas chegaram praticar aqui, não assim com tanto desenvoltura, porque quando eles vieram já estava impregnado a questão do catolicismo mesmo, o que se praticava mesmo com bastante influência era o catolicismo, celebrar o santo da comunidade. A questão da umbanda que é a religião dos africanos mesmo, já tava assim um pouco abandonada, no dia de hoje não se pratica mesmo essa questão da umbanda até seria importante valorizarmos essa questão, mas o que hoje se pratica mesmo é o catolicismo que acabou se tornando a principal religião da comunidade (Domingos Flávio Lopes, 44 anos, Professor e coordenador da escola local).

Segundo o senhor Floriano Lopes Farias, já existiu na comunidade três festas em homenagem a Santos: festa de São José, festa em homenagem a Nossa Senhora do Bom Parto e, por fim, a festa de Nossa Senhora das Graças. Atualmente, o único santo venerado pelos moradores é São José.

Imagem 04: Igreja de São José, em Icatu. Missa aos domingos. Fonte: COSTA. Imagem realizada no decorrer da pesquisa de campo, 2013.

Eu tive a oportunidade de conhecer essa comunidade com a transferência da Irmandade para a Comunidade Cristã Religiosa e coordenada pela Prelazia de Cametá à Paróquia de Mocajuba. Eu já vi assim, por exemplo, a festa de São José, festividade de São José né, era novenário, depois tinha dois períodos, de novo onde eles faziam duas novenas a mais que era chamada Festa de Nossa Senhora das Graças e Festa de Nossa Senhora do Bom Parto. Eu vi assim que era uma tradição mesmo do povo (Sr. Floriano Lopes Farias, 50 anos, líder e atual presidente da Comunidade de Remanescente de Quilombos São José de Icatu).

O senhor Floriano Farias conta que no passado as pessoas participavam com mais intensidade. Era uma festa que as pessoas esperavam o ano todo para poder se divertir, pagar suas promessas e agradecer pelas bênçãos recebidas:

Era uma festa com tradição mesmo do povo, eles trabalhavam durante todo ano, pra que durante..., eles se preparavam né, pra quilo, compravam roupas novas, e se preparavam durante meses e meses pra vim passar a festa. Tinha alguns que até faziam as barracas aqui no arraial, né, pra passar a festa de São José, ou de outras devoções que tinha aqui, muitos vinham pagar promessas, os mais antigos, (...). (Floriano Lopes Farias – 50 anos, líder e atual presidente da Comunidade de Remanescente de Quilombos São José de Icatu).

Durante o novenário em celebração ao padroeiro, os moradores participam ativamente das cerimônias e festas promovidas pelos organizadores. É uma festa que começa a ser preparada muito antes. Os moradores se organizam com bastante antecedência, produzem a farinha para vender e comprar suas roupas novas, o sapato e também para gastar durante a festa na compra de comidas e bebidas.

Entretanto, apesar da grande maioria da população de Icatu praticarem a fé católica, já existe na comunidade pessoas que são evangélicas. Podemos constatar a presença de uma congregação evangélica da Assembleia de Deus dentro do povoado de Icatu. No entanto, pelo que se observa as pessoas professam o seu credo religioso como querem.

Sobre a presença de religião de matriz africana no povoado, não constatamos atualmente, praticantes de tal credo. Entretanto, segundo o que nos revelou a memória de alguns moradores, no passado havia sim negros seguidores e praticantes da Umbanda:

Hoje o que temos mais forte é a questão do catolicismo, mais antes tinha a questão da Umbanda, algumas pessoas chegaram a praticar aqui, não assim com tanta desenvoltura, assim, porque quando eles vieram já estava impregnado a questão do catolicismo mesmo, de cultuar santo e tudo mais, a questão da umbanda que é a religião dos africanos, já estava assim um pouco abandonada. Hoje aqui já não se pratica mesmo (Domingos Flávio Lopes, 44 anos - Professor e coordenador da escola local).

O autor José Luiz dos Santos define cultura como uma dimensão do processo social, da vida de uma sociedade. Cultura diz respeito a todos os aspectos da vida social e não se pode dizer que ela exista em alguns contextos e não em outros. Cultura é uma construção histórica (SANTOS, 2006, p. 43 – 44).

Neste sentido, a partir da definição mencionada, podemos dizer que cultura é uma construção eminentemente humana, que esta presente na vida de qualquer vivente deste planeta, independente do seu grupo social. É aqui que entra a Comunidade de Remanescente de Quilombos São José de Icatu como produtora de uma cultura particular, vivenciada no cotidiano desses moradores que historicamente vem teimando em resistir a toda sorte de opressão. Assim, como remanescente de quilombolas que desde cedo se organizaram e fugiram do cativeiro ao qual estavam submetidos, os moradores do povoado de Icatu vivem um processo histórico-social diferenciado. Seu processo de resistência reflete sua produção cultural forjada no dia-dia de cada morador, nas fornadas de farinha, nas rodadas de samba de cacete, nas tiradas de reis, nas rezas de ladainhas, nos convidados, nas lutas constantes do movimento social, das quais são ferrenhos participantes, etc.

Segundo afirma Pinto, é a partir da memória dos mais velhos emergem para o tempo presente as lembranças das festas em homenagem aos santos dos quais eram devotos (PINTO, 2007. p. 47). Dos quais se destaca a de São José, de Nossa Senhora das Graças e de Nossa Senhora do Bom Parto, além de outras manifestações culturais tradicionalmente praticados pelos moradores do povoado de Icatu como, o Samba de Cacete, o Ganzá, o Cordão de Boi, o Cordão de Galo, o Pastorinho, a Dança da Farinhada, a Folia de Reis, dentre outras. Ao buscarmos mais no profundo de suas reminiscências, para falar sobre o divertimento dos mais antigos, dona Georgina Correa dos Santos muda o semblante, abriu um largo sorriso e, saudosamente diz:

Ah! Olhe suhomi, naquele tempo tinha o samba de cacete, tinha o cordão de bui, tinha o cordão de galo, o cordão de marujo, o Pastorinho, é, é. O que nós dançava muito mesmo era o samba de cacete, dançava, dançava, é, é, tinha muito, que quando findava a festa todo mundo queria aquele samba, e o samba de cacete tinha as suas cantigas. Olha suhome!, um samba de cacete bem batido, que agora já não tem mesmo quem bata, mais um samba bem batido bota a musica pra li ó, pro canto, é meu amigo! (Dona Georgina Correa dos Santos, 95 anos, uma das moradoras mais antigas do povoado).

Nas afirmações de Pinto, os negros tentavam reconstituir nos quilombos as varias versões de uma vida comum: realizavam festas, plantavam, coletavam, pescavam, caçavam e praticavam transações econômicas possíveis. Tentavam estabelecer nos quilombos espaços políticos, econômicos, sociais e culturais(PINTO, 2007, p. 44).

Neste sentido, apesar de haver todo um processo de constantes mudanças, refletidas na instabilidade da vida dos negros que estavam quase sempre sob ameaça de reescravização, o que aconteceu por parte de grande parte destes negros, descendentes dos primeiros quilombolas, foi uma resignificação de seu aspecto cultural. Esses negros recriaram no espaço dos quilombos uma nova forma de vida, e com isso, suas tradições culturais também se transformaram, ganhando diferentes nuances em diferentes contextos e espaços.

No caso do povoado de Icatu, as tradições culturais de matriz africana, apesar de pouco praticadas, ainda estão presentes no cotidiano e bem vivas nas lembranças dos velhos e velhos, guardiões da memória deste lugar. Foi o que nos revelou o senhor Floriano Lopes Farias:

Era muito alvoroço e as festas, eu ainda conheci algumas festas da tradicional mesmo dos mais antigos, no caso, o samba de cacete, ne, assim bem, o pessoal se divertia dançando o samba de cacete, os mais idosos, e os outros mais jovens também, por sinal por não ter outra animação, alternativa, eles também se envolviam lá junto, mais eu vejo também contar que eles tinham o ganzá, também não cheguei a ver assim; o ganzá que era feito com instrumentos caseiros que eles preparava né. (Floriano Lopes Farias – 50 anos, líder e atual presidente da Comunidade de Remanescente de Quilombos São José de Icatu).

O senhor Domingos Flávio fala que nos tempos de seus pais e avós as festas eram muito mais constantes. Segundo suas afirmações, a questão cultural do povoado manifestava-se principalmente através da música com o samba de cacete, o ganzá e a tirada de rei, manifestações que envolvem sempre a música com instrumentos rústicos confeccionados pelos próprios brincantes:

Os nossos antepassados praticavam muito essa questão cultural por meio das danças, das músicas, essas coisas existiam antigamente. Antes tinha o grupo de samba de cacete que faziam movimento próprio com seus instrumentos rústicos que eles mesmos faziam, tambores, banjos. Tinha também o grupo de ganzá, em outras ocasiões faziam outro tipo de brincadeira a tirada de ano no dia primeiro de janeiro e a tirada de rei, no dia 06 de janeiro que era tradição. Nos últimos anos não está acontecendo mais, veio se perdendo esses valores também, essa identidade (Domingos Flávio, 45 anos, Professor e Coordenador da Escola local).

O samba de cacete é uma manifestação cultural da Amazônia paraense, originária e preservada em comunidades quilombolas do Baixo Tocantins e que ainda hoje se faz presente no cotidiano dos moradores do povoado de Icatu. No passado, era praticado nos momentos de lazer e divertimento dos negros, que após um exaustivo dia de trabalho, se reuniam com seus tambores para poder ter um momento de descontração e alegria entre os seus. Neste sentido, Pinto afirma que aproveitando os dias de descanso e/ou ainda os santificados os negros tentavam esquecer a opressão e a dor do cativo, realizando as mais variadas formas de diversão e lazer. Tais festas simbolizavam a explosão de vida de um povo que reinventava as mais diversas formas de resistências para se ver livre da posição dependurada no pelourinho, das amarras das correntes, dos castigos, dos troncos e dos açoites durante os trabalhos forçados e sub-humanos que tinha que fazer (PINTO, 2007, p. 122).

Para exemplificar como a prática do Samba de Cacete ainda é latente nos povoados remanescentes de quilombolas da região do Tocantins, nos remetemos à imagem 5, disposta no presente estudo, onde podemos observar os moradores de Icatu praticando o ritual do esquentar tambores, que consiste em pegar uma tocha de fogo para poder, de maneira simbólica, esquentar os tambores que irão durante horas ser tocados para que o povo possa dançar.

Para Santos, cultura é um território bem atual das lutas sociais por um destino melhor. É uma realidade e uma concepção que precisam ser apropriadas em favor do progresso social e da liberdade, em favor da luta contra a exploração de uma parte da sociedade por outra, em favor da superação da opressão e da desigualdade (SANTOS, 2006, p. 45). Destarte, o samba de cacete, assim como outras formas de expressões culturais da comunidade de Icatu, ganha outro significado. Além de servir como

instrumento de diversão e ludicidade para o grupo, também representa enfrentamento e resistência a toda e qualquer forma de espoliação. Sobre esse aspecto Pinto pondera que os sons tristes dos tambores e dos atabaques, que incomodavam o silêncio e o som da casa grande, representava para os negros a preservação cultural de um povo que conseguiu, apesar das vicissitudes da vida, deixar na cultura brasileira muitos costumes e tradições (PINTO, 2007, p. 123).

Outras tradições culturais que veio à tona nas memórias dos mais velhos, que era muito praticado no passado, foi a Tirada de Rei ou Folia de Reis, o Ganzá, e os cordões de boi. Nas lembranças de dona Georgina Correa dos Santos, de 95 anos, uma das moradoras mais antigas do povoado de Icatu, ainda está bem nítida as apresentações do cordão de boi liderado pelo seu pai, o senhor Euclides Correa. Conhecido como “Boi Estrela”, este cordão de boifez a alegria de muita gente nas redondezas de Icatu e, segundo nos informou dona Georgina Correa, chegou a se apresentar até em cidades como Mocajuba e Baião:

Veja bem suhomi, eles dançavam nas casas, era sim, o seu Pedro Américo butava o cordão de marujo, eles iam dançar até em Mucajuba, naquele tempo, Mucajuba era bem pequena. Ah, o cordão de boi que o meu pai Euclides butava, era na voz com instrumentos de pau, a onça, tinha o banju, tinha o reco-reco. Olha!! A última parte que ele cantava, era assim: (Dona Georgina Correa dos Santos, 95 anos, uma das moradoras mais antigas do povoado de Icatu).

Das lembranças já um pouco confusas e fragmentadas de Dona Georgina Correa, brotam realidades vividas, dores, sofrimentos, angústias de uma caminhada árdua e penosa, mais que nem por isso, ela deixou de resistir. Foi assim que, de repente, assim como brotar água de uma fonte cristalina, Dona Georgina soltou os versos entoados durante as apresentações do “boi estrela”:

Música de despedida do Boi Estrela

Te adepede boi estrela,
Já terminou a brincadeira do boi estrela,
O boi estrela humilde cordão.
Vamos dar a despedida do boi estrela
De dançar aos presentes

A nossa terra em gratidão.
Adeus, adeus senhores,
Minha senhora, senhora já é tarde
Já que é adeus com saudade.
Adeus, adeus senhores, minha senhora,
Senhora já é tarde
Já que é adeus com saudade.

Música de Acompanhamento do Boi Estrela:

Axí piroca quer saber eu vu cuntar
Axí piroca quer saber eu vu cuntar
Nome do boi é estrela e Icatu nome do lugar
Nome do boi é estrela e Icatu nome do lugar

Quem dizia que não saía há de rir pra não chorar
Até que enfim saiu o boi estrela do Icatu
Até que enfim saiu o boi estrela do Icatu
Quem dizia que não saía há de rir pra não churar
Quem dizia que não saía há de rir pra não churar

Como pode se notar, o aspecto cultural do povoado de Icatu inda esta bem vivo na memória daqueles que a vivenciaram. Por ser uma prática intensamente vivenciada no cotidiano dos moradores do povoado, foi fácil trazer à tona tais lembranças. Práticas como o samba de Cacete e o Ganzá, representavam muito mais que uma simples dança. Ela significava e ainda significa, para muitos do povoado, um momento de ludicidade, momento de fuga dos problemas do dia-dia, da dureza do trabalho braçal. Neste sentido, as referidas práticas não deixam de ser atitude de resistência às condições de vida. Significa um constante reinventar-se cotidiano. Uma forma velada de lutar e enfrentar as adversidades diárias.

Imagem 07. Dona Georgina Correa dos Santos com 95 anos de idade, uma das guardiãs da memória da comunidade São José de Icatu. Fonte: COSTA. Imagem realizada no decorrer da pesquisa de campo, 2013.

Imagem 08: Apresentação de Folia de Reis na Comunidade de Icatu, em 06/01/2006. Fonte: arquivo pessoal do Professor Domingos Flávio.

2.3.AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA: A MONOCULTURA DA MANDIOCA.

A principal fonte de renda dos habitantes dos povoados remanescentes de quilombolas da região tocantina é a agricultura de subsistência, através da cultura das roças de mandioca, cujos derivados como, farinha de mandioca, farinha de tapioca, tucupi, beiju são comercializados como a principal fonte de renda (PINTO, 2007, apud SILVA, 2013, p. 55). Acrescenta-se aí, em pequena escala, o extrativismo vegetal, com a coleta de frutos, óleos e raízes que a floresta oferece.

Neste sentido, moradores do povoado de Icatu, como descendentes de remanescentes de antigos Quilombolas, com tradição intensa na agricultura de subsistência, não poderiam deixar de sê-lo. Além da produção de farinha, produto destinado ao consumo interno e a comercialização do excedente, também se cultiva o feijão, o arroz, o milho e alguns leguminosas. Algumas famílias da mesma cultivam a pimenta do reino, produto muito valorizado no mercado.

Nós últimos anos houve uma significativa queda na produção de pimenta do reino devido um surto de doenças que devastou grande parte dos pimentais do município. Outro fator que desestimula os pequenos produtores é que a pimenta do reino exige um investimento maior em mão de obra e infraestrutura. Assim, sem apoio dos órgãos responsáveis, como a SEMAGRI (Secretaria Municipal de Agricultura), EMATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), e EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), os pequenos agricultores não tem como aumentar sua produção.

Segundo o que nos informou os líderes da comunidade, muitos moradores já estão endividados por conta de projetos financiados pelo governo através do BASA (Banco da Amazônia). Durante a primeira década do século XXI, muitas famílias receberam o crédito dos programas: FNO (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte) e PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Entretanto, tendo em vista a falta de assistência técnica e vários outros agravantes, como um surto de doenças (fusariose), a maioria dos pimentais da região foram dizimados. Desta forma, sem produção, os pequenos produtores não conseguiram saldar suas dívidas junto ao banco, tornando-se com isso, inadimplentes e sem novas perspectivas créditos.

Atualmente, as famílias da Comunidade São José de Icatu tem na monocultura da mandioca a principal fonte de renda. O trabalho na produção da farinha de mandioca é bastante puxado. São várias etapas, que dura em média um ano após o plantio até chegar a colheita. Neste sentido, Pinto afirma que o trabalho na roça é desgastante e demanda tempo da colheita à produção, o serviço na roça envolve toda a família do trabalhador rural, dependendo do tipo de cultura e das etapas de serviços, essas famílias podem ou não obter lucro (PINTO, 2007, apud SANTOS 2013, p. 56).

O trabalho na produção da mandioca envolve toda a família, desde as crianças mais novinhas até os mais velhos. Assim, todos, de uma forma ou de outra, acabam se envolvendo na feitura da farinha. É por isso que nestes povoados as crianças aprendem desde pequenas o ofício de se “fazer farinha”. Sobre este aspecto Pinto pondera que as funções executadas nas roças acabam absorvendo como mão-de-obra todos os membros da família. É muito comum ver-se executando os trabalhos das roças desde pessoas mais idosas até crianças a partir dos cinco anos de idade (PINTO, 1999, p. 134).

A tradição do trabalho coletivo, muito comum na cultura africana e herdada pelos quilombolas, também se faz presente nas comunidades negras na Amazônia tocantina. Um dos exemplos mais plausíveis do trabalho coletivo é o “Cunvidado” que apesar de nos últimos anos estar perdendo força, ainda teima em ser praticado em muitas comunidades quilombolas da região do Baixo Tocantins. Segundo Pinto o Cunvidado é uma forma de trabalho coletivo caracterizado pelo sistema de troca de dias; na região do Tocantins ganhou regras ritualizadas de antigos quilombolas que tinham por finalidade celebrar e partilhar em grupos tarefas dos trabalhos das roças, principalmente as do plantio de mandioca (PINTO, 2007, p. 42). Na memória de seu João Rosa, um dos moradores mais antigos de Icatu estão vivas as lembranças dos grandes Cunvidados que se fazia no passado:

Antigamente os convidados eram animado, o pessoal era unido mesmo, e todo mundo trabalhava, era quem cortava, quem cavava, quem plantava, plantava, Olha era muita gente; vinha gente de muito longe pra trabalhar, porque era um compromisso que agente tinha uns cuns outros; a gente trabalhava no roçado dos outros pra quando chegasse a hora, os outros viessem nos ajudar também (João Rosa Rodrigues, 72 anos, morador de Icatu)

Além da agricultura os moradores contam também com os benefícios sociais como fonte de renda:

A agricultura é a base da economia da comunidade né, agora além da agricultura tem um acréscimo, grande parte das famílias tem os benefícios sociais, tem o bolsa família, que muitas famílias estão ganhando até quinhentos reais por mês, já é suporte na compra do material escolar, alimentação, e até mesmo dá pra comprar um eletrodoméstico pra dentro de casa; outro benefício é a questão do seguro da pesca, que muitas pessoas vem recebendo, tem a aposentadoria, tudo isso tem contribuído pro sustento das pessoas (Domingos Flávio Lopes, 45 ano, professor e coordenador da escola local).

Um pequeno número de moradores ainda pratica a pesca nos rios e igarapés da região. Segundo os próprios moradores essa atividade perdeu força após a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, pois com apressamento das águas a quantidade do pescado diminuiu sensivelmente nos últimos anos. Como consequência da diminuição do pescado, muitas famílias que moravam as margens dos rios ali próximos, e sobreviviam da atividade pesqueira, foram obrigados a migrar para o povoado de Icatu ou para a cidade de Mocajuba.

Trabalhando na agricultura, na pesca ou em qualquer outra atividade, os icatuenses estão sempre se reinventando, buscando meios de driblar a dura realidade. Como descendentes de negros escravizados, insistem em resistir a toda e qualquer situação de dureza da vida cotidiana. Suas histórias de vida os tornam homens e mulheres fortes e valentes que não se deixam abater com as dificuldades do dia-dia. Prenhes de valores de seus ancestrais africanos encaram seus problemas sempre com alegria e bom humor.

CAPÍTULO III

IDENTIDADE ÉTNICA E MOVIMENTO SOCIAL

3.1. EM BUSCA DE UMA IDENTIDADE

Para Hall, a identidade esta sempre em processo de formação, de modo que não se pode falar em identidades fixas, ou inalteradas. A identidade torna-se uma “celebração móvel” (HALL, 2006, p. 12 – 13). Partindo deste pressuposto podemos dizer que a identidade é um constructo social que esta em constante processo de mudança. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2006, p.13).

Foi neste sentido que buscamos compreender a formação da identidade negra dos moradores da Comunidade Remanescente de Quilombos São José de Icatu. Devido se caracterizar como um povoado formado a partir de negros escravos que fugiram do cativeiro, nosso intento, através da pesquisa, foi entender como se forjou a identidade de matriz africana individual e coletivamente dessa gente. Queríamos saber em que momento os moradores tiveram contato com o conceito de quilombola. O que essa palavra significava para eles? Existia uma consciência do sentido de pertencimento da cultura negra e quilombola, em outras palavras queríamos saber se havia uma tomada de consciência de ser negro? E como se deu à assunção desta identidade? Estas foram, portanto, algumas questões levantadas na pesquisa junto à comunidade.

Segundo dizem os habitantes da povoação de Icatu, até por volta do final dos anos 90, não se tinham consciência do verdadeiro significado do conceito Remanescente de Quilombos. Foi somente a partir de 2000, quando a Universidade Federal do Pará, através do Projeto Raízes⁶, com apoio do CEDENPA (Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará), que entre outros objetivos, buscava identificar e catalogar todas as comunidades de remanescentes de quilombos da região do Baixo

⁶ O Programa Raízes foi criado pelo governo do Pará em 12 de maio de 2000, por meio do decreto nº 4.054. Seu objetivo era articular dentro do governo estadual o atendimento das demandas dos povos indígenas e das comunidades quilombolas.

Tocantins, que os moradores vieram a ter conhecimento a cerca do que realmente significava ser quilombola.

Para muitos habitantes de Icatu, quilombo ainda tinha um significado pejorativo. Estava relacionados a “negros fugidos”, “bandos de salteadores”, bem ao gosto dos conceitos criados e reproduzidos pela historiografia tradicional. Desta forma, muitos até chegaram a resistir quando se falou em transformar o povoado em Comunidade Quilombola. Entretanto, tendo em vista os benefícios que o povoado teria futuramente junto ao governo, ao receber o título de Comunidade Quilombola, na forma de compensação de uma dívida histórica com os negros escravos, os moradores foram inânimes em aceitar tal condição.

O termo quilombola em nossa comunidade passou a ser valorizado no ano 2000, antes se via falar um pouco de quilombo, quilombola, mas até nas minhas aulas quando se falava da escravidão era muito simples. Só no ano 2000 que começou a pesquisa antropológica aqui na comunidade; foi daí que a gente foi entendendo, compreendendo mesmo né, e passou valorizar mesmo. Então quando teve a titulação; a partir daí a gente se sintonizou mais no assunto, se aprofundou mais no tema, aí que a gente sempre buscou essa questão da valorização da identidade mesmo né, pegou mais empenho mesmo. Até a valorização da identidade negra que antigamente se tinha vergonha de ser negro e até aquela questão com preconceito, antigamente o pessoal banalizava mesmo, chamavam de preto pro outro, pretinho do codó, a gente se sentia ruim com isso, principalmente quando a gente ia pra cidade e começavam a apelidar a gente, então depois que veio a questão da titulação, que a gente teve conhecimento que o preconceito racial é crime, a gente começou se valorizar e se auto identificar mesmo como negro.(Domingos Flávio Lopes Farias, 45 anos, Professor e coordenador da escola de Icatu).

Nestas condições, foi a partir da titulação do povoado como Comunidade Remanescente de Quilombos, em 2011, que os moradores foram buscar uma compreensão mais real da questão quilombola, e assim, começou um processo de reconstrução e/ou fortalecimento de uma identidade que durante décadas estava esquecida. Destarte, os moradores, através das lideranças da comunidade vão retomar a discussão a cerca de sua condição enquanto descendentes e herdeiros de quilombolas e tudo o que isso representava, enquanto tradição cultural.

A autora Zilá Bernd, ao definir Negritude diz que é uma palavra polissêmica, isto é, que possui vários significados. Segundo esta mesma autora, negritude pode nos

remeter: ao fato de se pertencer à raça negra; à própria raça enquanto coletividade; à consciência e à reivindicação do homem negro civilizado; ao conjunto de valores da civilização africana (BERND, 1988, p. 15 – 16). Neste sentido, o conceito de negritude esta relacionado à própria aceitação pelo individuo da sua condição de ser negro, de pertencer à raça e aos valores culturais da coletividade negra. É tomar para si os valores da cultura negra como referencial de vida.

Nesta perspectiva, podemos dizer que foi o que aconteceu com os moradores da comunidade de Icatu. A partir da tomada de consciência de sua Negritude, os próprios moradores estão tentando se auto identificar com a cultura de seus ancestrais africanos. Entretanto, assumir a identidade negra num país como o Brasil, onde durante séculos se conviveu com um doloroso sistema escravocrata, e o pior, um país onde ainda hoje permanece como paradigma a cultura do branco europeu, é extremamente difícil, uma vez que os modelos bons e positivos da cultura negra ainda são muito pouco divulgados.

Apesar de todos os revezes e dificuldades enfrentados pelos moradores da Comunidade de Icatu, ao tentarem assumir a identidade de seus ancestrais quilombolas, mesmo assim, lentamente eles vão galgando novos espaços na sociedade ao qual estão inseridos. Paulatinamente, a Comunidade Remanescente de Quilombos São José de Icatu começa a conquistar visibilidade no cenário Amazônico. Através de sua resistência enquanto grupo ético, bem como, de sua intensa participação e luta nos movimentos sociais (que será tratado nas linhas subsequentes), os moradores da Comunidade de Icatu hoje são merecidamente reconhecidos como um grupo quilombola.

Segundo o professor Domingos Flávio Lopes Farias, a identidade quilombola no povoado vem se consolidando pouco a pouco. Atualmente, grande parte dos moradores já se considera, verdadeiramente, Remanescente de Quilombo e vestem a camisa:

Quilombola pra mim é lugar de diversidade, lugar de união, lugar de acolher os irmãos...você sabe que o quilombo era o espaço pra onde os negros fugiam enfrentando a escravidão, resistindo a escravidão, então no quilombo eles iam encontrar a liberdade, liberdade, né, então eu considero quilombo, pra nós é lugar de liberdade, lugar de união, lugar de acolher os irmãos, porque no quilombo também não conviviam só negros fugitivos, mais também conviviam com índios, que moravam juntos e depois brancos, pessoas que moravam aqui também....., então, pra mim, o significado de quilombo é um lugar de

união, de liberdade e lugar de acolher os irmãos como a gente acolhe todos que vem aqui. Eu me considero um quilombola de raiz e minha identidade é quilombola (Domingos Flávio Lopes Farias, 45 anos, professor e coordenador da escola de Icatu).

Para estelíder da povoação de Icatu, a maioria dos moradores já assume sua Negritude. O mesmo destaca como fator fundamental nessa aceitação, o papel da escola local:

Sim, hoje a maioria né, já assume essa identidade, principalmente aqueles que reconhece, aquele que estuda numa sala de aula um pouco né, e começa a ter uma disciplina sobre isso, sobre a questão quilombola, como foi que nossas origens vieram parar aqui né, que nós temos que assumir essa identidade quilombola, e o que os nossos antepassados passaram né, portanto, hoje já há sim, uma auto definição, eu assumo que sou quilombola, (...) E o professor Domingos Flávio vem fazendo um ótimo trabalho; é ele que mais tenta levar essa conscientização sobre o ser quilombola pros mais novos dentro da comunidade. (Floriano Lopes, 50 anos, líder comunitário).

Para a maioria dos entrevistados, o professor Domingos Flávio Lopes Farias foi um dos principais responsáveis por essas mudanças, principalmente, no que concerne aceitação da identidade quilombola na comunidade. Como líder comunitário e professor da escola local, ele sempre foi incansável no sentido de reivindicar junto aos órgãos competentes os direitos historicamente negados ao seu povo. Neste sentido, com intuito de reconstituir a identidade de seus ancestrais, pautada na cultura de matriz africana, o professor “Pepino”, como todos o conhecem, está “resgatando” os traços culturais que já haviam caído em processo de esquecimento. Neste sentido, segundo Melo, o processo de reformulação se acentua na sucessão das gerações. E no “processo de transmissão de padrões de comportamento alguns valores são relegados ao esquecimento e outros novos são integrados” (MELO, 1986 apud SOUZA, 2013, p. 54).

Depois que agente assumiu essa Identidade Quilombola é que criamos um grupo folclórico, “Os Seguidores de Zumbi”, para tentar resgatar essa questão cultural. As danças como o Samba de Cacete; mesmo as pessoas não praticando mais isso, mas estamos tentando mostrar, tentamos resgatar essa cultura. A gente pratica outras danças com as crianças, adolescentes, jovens e adultos como a dança da fogueira, a dança da moçada. Já tivemos também oficina de

capoeira, mais isso não é o forte nosso, as pessoas brincam mais não chegam a avançar. Mais a gente avalia que a capoeira é importante porque faz parte da cultura negra. O que nós levamos mais a sério mesmo é dança que nos faz refletir um pouco sobre a nossa história (Domingos Flávio, 45 anos, professor e coordenador da escola de Icatu).

Nas apresentações do grupo “Os Seguidores de Zumbi”, todos vão devidamente caracterizados com as roupas típicas. Outrossim, durante os encontros, participações em eventos e cursos que os líderes são convidados, bem como, nos mutirões para ajudar algum irmão, eles sempre entoam uma música, que segundo o senhor Domingos Flávio, é a música oficial do grupo:

“Eu sou Quilombola”

Ei meu pai Quilombo
Eu também sou quilombola
A minha luta é todo dia é toda hora. (2 vezes)
Ei meu pai Quilombo
Dizem que Zumbi morreu
Zumbi tavivo em que luta como eu.
Quilombos são negros
Numa grande união
Lutando com força contra a discriminação.

Na perspectiva de fortalecer a identidade negra entre as novas gerações e ao mesmo tempo buscar mecanismo de enfrentamento do preconceito e da discriminação, os líderes da comunidade se utilizam da música como meio para atingir tal intento:

“Eu sou nego nagô”

Eu sou nego nagô
No sangue, na raça e na cor. (2 vezes)
Quem foi que disse
Que o negro não tem valor

Que o negro não tem sentimento
Que o negro não sente dor.

Tem razão Simone Rezende da Silva ao afirmar que a invenção de identidades político-cultural é recorrente, e acontece sempre que determinado grupo põe-se em movimento para reivindicar o que lhe é essencial. No caso das comunidades quilombolas, a terra. Terra aqui entendida num sentido amplo, englobando a terra necessária para a reprodução material da vida, mas também a terra na qual o simbólico paira, na qual a memória encontra lugar privilegiado, morada de mitos e lendas, fonte de beleza, inspiração e do sentido sagrado da coletividade, tão essencial à vida quanto à terra de trabalho (DA SILVA, 2012, p. 7).

Nesta perspectiva, um dos fatores primordiais que impulsionou os líderes do povoado de Icatu a reivindicarem para si uma identidade quilombola foi justamente o desejo de demarcação de seu território. Sobre esse aspecto, é pertinente a afirmação de seu Floriano Lopes Farias, um dos principais líderes da comunidade:

Primeiramente o reconhecimento da terra, né, o título definitivo, ele dá uma certa garantia que aquele território não vai ser invadido por outras pessoas, aquilo tá garantido por lei, o território né, a área que pertence a Comunidade Quilombola (Seu Floriano Lopes Farias, 45, atual Presidente da Comunidade Remanescente de Quilombos de Icatu).

Conforme o exposto, o caráter identitário dos moradores do povoado de Icatu, assentado nos valores de seus ancestrais quilombolas, ainda está se constituindo. É um processo que demanda tempo. Neste sentido, aos poucos, o grupo vai se auto identificando com e buscando para si os aspectos da cultura negra. Os moradores de Icatu são conscientes de sua condição de remanescente de quilombolas e sabem o valor e o que isso representa dentro da sociedade brasileira. E esta tomada de consciência se deu graças às lutas encampadas pelos líderes da comunidade. Lutas que reivindicam não somente terra e infraestrutura para o povoado, mais respeito e dignidade humana.

Imagem 09: Crianças praticando brincadeira de roda no centro do povoado de Icatu. Fonte: acervo particular do professor Domingos Flávio Lopes Farias.

Imagem 10: O professor Domingos Flávio Lopes Farias com seus alunos, apresentação de dança típica. Em 22/12/2006. Fonte: acervo pessoal do senhor Domingos Flávio Lopes.

3.2. O MOVIMENTO NEGRO DE VANGUARDA: A LUTA CONTRA O RACISMO E POR POLITICAS DE AÇÃO AFIRMATIVAS.

Na história do Brasil, o movimento negro organizado se fez presente desde o final do século XIX após a proclamação da República, momento em que emergiram no contexto nacional diversos grupos defensores da causa negra. Neste sentido Petrônio Domingues:

Para reverter esse quadro de marginalização no alvorecer da República, os libertos, ex-escravos e seus descendentes instituíram os movimentos de mobilização racial negra no Brasil, criando inicialmente dezenas de grupos (grêmios, clubes ou associações), em alguns estados da nação (DOMINGUES, 2007, p. 103).

Segundo Domingues, foi neste contexto que surge grupos de atuação a nível nacional como FNB (Frente Negra Brasileira). Fundado em 1931, a FNB teve um papel decisivo como organização de reivindicações políticas mais deliberadas. Na primeira metade do século XX a FNB foi a mais importante entidade negra do país (DOMINGUES, 2007). Também no plano nacional, outra organização que se destacou foi MNU (Movimento Negro Unificado). De cunho marxista/socialista, o Movimento Negro Unificado teve papel de destaque na luta contra a discriminação racial, bem como na reivindicação por políticas de ação afirmativa para os negros. A partir de 1978, ano de fundação do MNU, as reivindicações políticas dos negros ganharam mais força. Formado por uma intelectualidade contestadora, o MNU foi um divisor de águas na articulação e na luta por demandas sociais (DOMINGUES, 2007).

Nesta perspectiva, o movimento negro pode e deve ser considerado o embrião das lutas não somente pela questão racial, mais também, por demandas pelas quais o povo negro ficou historicamente às margens, como a posse da terra. Por ser um dos anseios principais das comunidades quilombolas, a questão da posse territorial tornou-se foco de intensos debates no meio político e jurídico.

Na perspectiva de Treccani um acontecimento marcante que impulsionou o movimento negro foi a realização, em 1993, do X Congresso Nacional do Movimento Negro Unificado, que contou com a participação do Centro de Cultura Negra do Maranhão e o Centro de Defesa do Negro do Pará. Esse Congresso traçou uma estratégia de articulação entre os estados da Bahia, Maranhão, Pará, São Paulo e Pernambuco e denunciou os conflitos envolvendo comunidades quilombolas. Fruto dessa iniciativa, foi realizado o I Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais, em Brasília (DF), de 17 a 19 de novembro de 1995, que reuniu mais de 200 participantes de 26 comunidades negras e criou as condições para a criação da Comissão Nacional Provisória de Articulação das Comunidades Rurais Quilombolas, formalizada em São Luis (MA), desta nasceu a Coordenação Nacional dos Quilombos (CONAQ) (TRECCANI, 2006, p. 101).

Ainda segundo Treccani, as diferentes organizações negras e quilombolas, além de pleitear a adoção de políticas afirmativas em favor dos negros, sempre colocaram, e continuam colocando como eixo fundamental de suas lutas a adoção de uma política fundiária fundamentada nos princípios de respeito a sua diversidade cultural e étnica (TERCCANI, 2006, p. 102).

Segundo O'Dwyer a luta pela demarcação territorial das comunidades negras rurais teve maior impulso a partir de 1996, com a criação de mecanismos de representação, como a Comissão Nacional Provisória de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CNACNRQ – 1996), que passaram exigir dos órgãos governamentais a aplicação do preceito constitucional (O'DWYER, 2002, p. 18). Neste sentido, em meio a essa nova conjuntura histórica, as comunidades remanescentes de quilombos intensificaram um processo de reivindicação por seus territórios, secularmente ocupados. A antropóloga Ilka Boaventura Leite ao se manifestar sobre essa questão diz que nos últimos 20 anos os descendentes de africanos, [...] organizados em associações quilombolas, passaram a reivindicar o “direito à permanência e ao reconhecimento legal de posse das terras ocupadas e cultivadas para moradia e sustento, bem como o livre exercício de suas práticas, crenças e valores em sua especificidade” (LEITE, 2000, apud FIABANI, 2005, 376 – 377).

Segundo dados da Fundação Palmares, existem hoje no Brasil 1.573 comunidades quilombolas que já receberam a certificação, sendo 93 tituladas e 996 processos de regularização fundiária em curso (SOUZA, 2013, p. 63). Na perspectiva de Fiabani a questão quilombola passou a fazer parte da agenda política de

forma mais contundente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, por meio de seu artigo 68 do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), que esclarece a importância de reconhecer as propriedades das terras ocupadas por comunidades quilombolas, o Estado é obrigado a emitir-lhes títulos pertinentes, o que caracteriza o reconhecimento de terras quilombolas (FIABANI, 2007 apud SOUZA, 2013, p. 63). Na perspectiva de Arruti, as comunidades remanescentes que, num primeiro momento pareciam poucas, após a aprovação do artigo 68, multiplicaram-se rapidamente, já que “um número crescente de comunidades negras rurais começa a recuperar uma memória até então recalcada, revelando laços históricos com grupos de escravos que, de diferentes formas e em diferentes momentos, conseguiram impor sua liberdade à ordem escrava” (ARRUTI, 1998, apud FIABANI, 2005, p. 373).

Nesta mesma direção, O'Dwyer esclarece que a luta pelo reconhecimento de domínio das comunidades remanescentes de quilombos do Pará é um marco para os movimentos sociais, não só do Estado, mas de todo o Brasil. Assim, como ocorreu em nível federal, também no Pará essa consagração constitucional desenvolvida pelos quilombolas juntamente com o movimento negro teve forte influência do Centro de Defesa do Negro no Pará - CEDENPA (O'DWYER, 2002 apud SOUZA, 2013, p. 65). Neste sentido, a constituição do Estado do Pará em seu artigo 322 enfatiza o seguinte: “aos remanescentes das comunidades dos quilombolas que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos no prazo de um ano, após promulgada esta constituição”. Assim, segundo Treccani, o movimento negro, após a vitória a nível nacional buscou se organizar nos Estados para poder obter barganhas nas cartas estaduais (TRECCANI, 2006, p. 92). No Pará, destaca-se como movimento negro organizado o CEDENPA (Centro de defesa do Negro do Pará), que através de intensas articulações conseguiu significativos avanços no que concerne a titulação dos territórios quilombolas.

Para Treccani, aconteceu no norte do país uma forte entrada do movimento social negro no meio rural, criando um maior vínculo entre esses últimos atores e as comunidades negras, o que foi essencial para a organização do movimento quilombola. Portanto, embora os movimentos sociais negros tenham nascido de articulações mais centradas no Sudeste, é no Norte e Nordeste que o movimento social negro conseguiu estabelecer uma relação mais forte com as comunidades negras rurais. (TRECCANI, 2006 apud SOUZA, 2013, p. 64).

Apesar do dispositivo constitucional, através do seu artigo 68 do ADCT, garantir o acesso à terra aos povos quilombolas, muito pouco foi feito nesse sentido.

Todas as conquistas que os remanescentes de quilombos obtiveram durante esse tempo foi graças às intensas lutas desenvolvidas pelo Movimento Negro que historicamente se consagrou como ferrenho defensor dos direitos dos negros.

Sobre este tema Fiabani comenta que no caso brasileiro, lamentamos que aqueles que construíram a riqueza da nação por 300 anos não tenham um pedaço de terra para dela tirar seu sustento. Comumente, os camponeses negros brasileiros, que não são proprietários das terras que ocupa, são praticamente “invisíveis”, sendo apenas “descobertos” por ocasião dos conflitos fundiários (FIABANI, 2005, p. 366).

3.3. COMUNIDADE SÃO JOSÉ DE ICATU: ENTRE LUTAS E CONQUISTAS DO MOVIMENTO SOCIAL.

Para Gohn movimentos sociais são ações coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denuncia, passando pela pressão direta (mobilização, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas. (GOHN, 2011, p. 13). Já Epstein, diz o seguinte: “para nós, movimentos sociais são esforços coletivos de pessoas social e politicamente subordinadas para mudar suas condições de vida” (EPSTEIN, 19995 apud GOHN, 2011, p. 92). Ainda neste sentido, na tentativa de definir a questão dos movimentos sociais, Gohn explica:

O desenvolvimento explorador e espoliador do capitalismo, a massificação das relações sociais, o descompasso entre o alto desenvolvimento tecnológico e a miséria social de milhões de pessoas, as frustrações com o resultado do consumo insaciável de bens e produtos, o desrespeito à dignidade humana de categorias sociais tratadas como peças ou engrenagens de uma máquina, o desencanto com a destruição gerada pela febre de lucro capitalista etc., são todos elementos de um cenário que cria um novo ator histórico enquanto agente de mobilização e pressão por mudanças sociais: os movimentos sociais (GOHN, 2009, p. 15-16).

O entendimento dos conceitos de movimentos sociais supracitados nos dá uma boa dimensão de como se configura as iniciativas de grupos sociais marginalizados na luta por seus direitos. Grupos como os remanescentes de quilombos, buscam desde sempre, reivindicar para si algo que lhe é de direito. O direito a cidadania enquanto grupo social; enquanto coletividade. Nesta perspectiva, sobre o aspecto revolucionário e de mobilização coletiva dos movimentos sociais, Gohn destaca que o cidadão coletivo presente nos movimentos sociais reivindica baseado em interesses de coletividade de diversas naturezas. Assim temos grupos de mulheres que lutam por creches, grupos de favelados que lutam pela posse da terra, grupo de moradores pobres que lutam pelo acesso a algum tipo de moradia etc. Temos assim os grupos que lutam pelo exercício da cidadania dos negros, homossexuais, mulheres, pela paz, em defesa da ecologia etc. (GOHN, 2011, p. 16).

Neste sentido, as comunidades quilombolas, imbuídas de valores de seus ancestrais africanos, que durante mais de três séculos resistiram de todas as formas a escravidão, mantendo e ressignificando sua cultura, hoje ainda continuam se organizando coletivamente, no sentido reivindicar e garantir seus direitos secularmente negados.

As comunidades quilombolas ao longo dos anos mantiveram as tradições de seus antepassados por meio da história contada de pai para filho e criaram novos costumes. Todas elas continuam lutando, até hoje, para que seja reconhecido o patrimônio da sua história no passado e os direitos da sua cidadania no presente. (GOMES; OLIVEIRA, 2012 apud SOUZA, 2013, p. 67).

Neste sentido, através do dispositivo constitucional (Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), o governo federal tenta reparar uma dívida histórica que a nação tem com esse grupo social. Entretanto, passados mais de 25 anos da aprovação da Constituição de 1988, permanece em grande parte o descumprimento, pois o número de títulos territoriais emitidos pelo governo em nome das comunidades quilombola ainda é muito insignificante, apenas 93 títulos já homologados. Nesta perspectiva, tendo em vista a inoperância do governo em cumprir o dispositivo constitucional aqui mencionado e, titular as terras dos povoados quilombolas tradicionalmente ocupados, milhares de comunidades quilombola tiveram que regaçar as mangas e continuar a lutar pelos seus direitos.

Neste contexto de intensas lutas e debates, os moradores da comunidade de Icatu sempre estiveram participando das reivindicações, principalmente àquelas

referentes à titulação de suas terras. Segundo o que nos revelou as entrevistas, a mobilização da comunidade no sentido buscar a titulação da terra começou no início da década de 90, através dos senhores Climério Rosa Rodrigues e Bento Farias Igreja, que incentivaram os principais líderes do povoado a se organizarem em uma Associação de Moradores de Icatu. Atentos as lutas e questões sociais, Climério Rosa e Bento Farias encorajaram os moradores a fundarem a associação. A associação de Moradores de Icatu foi fundada no dia 12 de dezembro de 1992. Inicialmente a referida associação foi criada com intuito conseguir financiamento de Projetos da agricultura, principalmente, para plantio da pimenta do reino.

Nossa luta começou no ano 1990, vamos dizer assim, através do meu primo que morou em Belém por muitos anos; foi ele que nos deu a ideia. Foi o meu primo Climério Rosa Rodrigues que teve a ideia da gente ter um vilarejo, hoje a gente fala em conjunto habitacional né, mais naquela época se falava em vilarejo; que daria pra gente ter acesso a energia elétrica e água encanada, então começa a discussão, daí a gente criou a Associação, denominada Associação dos Moradores de Icatu. De início ela foi criada pra conseguir acesso nos projetos de agricultura, através do BASA , né, foi com esse intuito logo de início que foi criado, mais depois a gente foi amadurecendo que não bastaria ficar só naquilo ali, daria pra gente correr atrás de outros benefícios (Domingos Flávio Lopes Farias, 45 anos, Professor e líder comunitário).

Com a Associação de Moradores, a comunidade obteve grandes avanços no que se refere a melhorias para o povoado. Foi através da Associação que os moradores conseguiram a energia elétrica, o sistema de abastecimento de água, diretamente nas casas e a consecução de financiamento de vários projetos agrícolas. Segundo relatos dos moradores um dos primeiros benefícios que a comunidade conseguiu foi referente ao transporte. Devido à dificuldade de acesso e a distancia por via terrestre para se chegar a cidade, os líderes da comunidade em reunião com os demais associados resolveram adquirir um barco de porte grande para fazer o transporte dos moradores. Assim, foi construído o “São José de Icatu”, embarcação que há mais de 20 anos continua singrando o rio Tocantins, transportando pessoas e produtos da comunidade até a sede do município de Mocajuba.

Primeiro a comunidade possuiu um barco, que ainda tá até hoje; há mais de 20 anos esse barco ainda esta correndo aqui nos rios, era cobrado uma taxa de passagem e dos produtos; hoje ele ainda faz linha pra cidade (Mocajuba), mais o movimento é pouco, são poucas

peças que viajam, a maioria vai pela estrada; até o tamanho dele diminuiu, ele foi reduzido de tamanho (Floriano Lopes Farias, 50 anos, atual presidente da Comunidade).

A partir de 2000, os líderes da comunidade, tendo em vista a possibilidade do reconhecimento da Comunidade Quilombola pela FCP (Fundação Cultura Palmares), bem como pela titulação de suas terras, tiveram que fazer uma reformulação no estatuto para mudar o nome de Associação de Moradores de Icatu para Associação dos Quilombolas de Icatu. Neste sentido, foram reunidos alguns documentos que respaldavam as origens remanescentes dos icatuenses com os quais no dia 30 de novembro de 2003 foi viabilizado o processo de reconhecimento da identidade quilombola. Icatu tornou-se, então, o primeiro povoado no Município de Mocajuba a receber o Título de Comunidade Remanescente de Quilombos, está entre as 150 comunidades quilombolas que já foram tituladas em todo o Brasil e entre as 52 tituladas em todo o Estado do Pará.

Nesta perspectiva, o presidente da Fundação Cultura Palmares, no uso de suas atribuições legais conferidos pelo art. 1º da lei nº 7688 de 22 de agosto de 1988, art. 2º parágrafo 1º e 2º, art. 3º e parágrafo 4º do decreto nº 4887 de 20 de novembro de 2003, que regulamento o procedimento para a identificação, reconhecimento e delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e art. 216, I a V, parágrafo 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, convenção nº169, retificada pelo decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004 e nos termos do processo administrativo dessa fundação nº 01420.009023/2010-81, certifica que a Comunidade São José de Icatu, localizada no Município de Mocajuba/Pa, registrada no livro cadastral geral nº 013, registro nº 1.451. fl. 067, nos termos do decreto supramencionado e da portaria interna da FCP nº 98, de 26 de novembro de 2007, seção 1, f. 29, se **Autodefinem como Remanescente de Quilombo** (ARAGÃO, SOUZA, CONCEIÇÃO, SANTOS, 2012, p. 16).

O documento foi expedido pelo Departamento de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro no dia 07 de fevereiro de 2011. Pelo documento da República Federativa do Brasil, Ministério da Cultura, Fundação Cultura Palmares, criada pela Lei nº 7668 de 22 de agosto de 1988, o Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-brasileiro concede a certidão de Auto identificação à Comunidade Quilombola de Icatu.

Imagens 11 e 12: Quilombolas mais velhos da comunidade, pessoas mais idosas da comunidade na cerimônia de entrega do Título de Comunidade Quilombola de Icatu. Em 30/11/2002. Fonte: Professor Domingos Flávio Lopes.

O Título de Comunidade Quilombola representou para os moradores de Icatu o reconhecimento histórico das tradições indenitárias, mormente, de seus ancestrais negros que bravamente iniciaram um intenso processo de resistência diante das desumanas condições as quais estavam submetidos no cativeiro.

Imagem 13: sede social da Comunidade Remanescente de Quilombos São José de Icatu.
Fonte: COSTA, 2013.

A posse definitiva da terra, através da titulação e do reconhecimento de Comunidade Remanescente de Quilombolas fora de suma importância para os moradores do povoado de Icatu. Uma das reivindicações históricas dos quilombolas de Icatu, a titulação demorou mais de 10 anos para poder se efetivar, somente depois de muita luta e pressão junto aos órgãos competentes foi que a comunidade conseguiu ter a demarcação de seus limites territoriais. O Título de Reconhecimento de Domínio

Coletivo foi emitido pelo ITERPA (Instituto de Terras do Pará) com base no disposto dos artigos 215, 216 e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Carta Federal; dos artigos 285, 286 e 322 da Carta Estadual, Lei Estadual nº 6.165/1998, Decreto Estadual nº 3.572/1999 e Instituto Normativa nº 02/1999 – ITERPA.

Segundo consta no título foi reconhecido uma área total de 1.636,6122 ha, que subscreve o seguinte: “o ITERPA reconhece uma área de terras ocupação e uso por famílias remanescentes de quilombos da Comunidade São José de Icatu, expedindo título de Domínio Coletivo, gravado em cláusula de inalienabilidade, em nome da Comunidade Remanescente de Quilombos São José de Icatu, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 34.626.762/0001-10, representado pelo senhor Domingos Flávio Lopes Farias” (ITERPA, 2002).

Imagem 14: Símbolo da Associação dos Quilombolas São José de Icatu. Fonte: COSTA, 2013.

O título foi entregue na Comunidade de Icatu no dia 30 de novembro de 2002, numa cerimônia que contou com a presença do governador do Pará Almir Gabriel. Sobre essa conquista histórica para os quilombolas de Icatu o senhor Floriano Lopes Farias comenta:

Eu acredito que a maior conquista nossa até hoje foi titulação de nossas terras, por que agora nós podemos dizer que ela é nossa, né; podemos dizer que ninguém vai invadir e nem tomar de nós, né, porque é uma área quilombola e temos com que provar, temos o documento, é um território particular, então eu considero a isso a nossa grande conquista (Floriano Lopes Farias, 50 anos, atual presidente da Associação dos Quilombolas de Icatu).

A última grande conquista dos moradores de Icatu foi a construção do conjunto habitacional Climério Rosa Rodrigues. Um sonho antigo dos moradores de Icatu, o Conjunto Habitacional, construído através de um convênio entre os Governos Federal e do Estadual e executado pela COHAB (Companhia de Habitação do Estado do Pará), foi entregue aos moradores no dia 15 de abril de 2012. O projeto do conjunto habitacional é composto de 50 casas populares (sala, quarto, cozinha e banheiro, com

39 m²). Juntamente com o conjunto habitacional, também foi entregue um microsistema de abastecimento de água e uma pequena padaria.

Imagem 15: conjunto habitacional dos moradores de Icatu. Fonte: COSTA, 2013.

Segundo os líderes da comunidade, o conjunto habitacional constituiu-se num fato histórico na região norte, pois a comunidade de Icatufoi a primeira comunidade quilombola a conseguir um conjunto habitacional construído pela COHAB. O Conjunto Habitacional recebeu o nome de Climério Rosa Rodrigues em homenagem a um dos moradores e líder mais antigo do povoado. Seu Climério Rosa, assim como as atuais lideranças, sempre sonhou e lutou pela construção desse conjunto habitacional, que na época se chamava agrovila. Seu Climério Rosa, de idade bem avançada e doente, numa cadeira de rodas, fez questão de participar da inauguração.

Como pode se constatar, a forma de organização e luta dos moradores do povoado aqui estudado, é bastante diferenciada. Todas as reivindicações já concretizadas, bem como todos os benefícios galgados pelos icatuenses, se deu graças a sua forma de organização e atuação do movimento social. Organizados desde sempre em órgãos reconhecidos pelo governo e pela sociedade civil, estes agentes sociais criaram com isso, mecanismos legais de reivindicação de seus direitos. Ao fundarem em 1992 a *Associação de Moradores de Icatu*, que uma década depois (2012) transformou-se em *Comunidade Remanescente de Quilombos São José de Icatu*, os moradores de Icatu se destacaram na empreitada de conquista seus direitos historicamente negados. E mais que exigir apenas melhorias e benefícios de caráter material, os icatuenses, através de sua organização cotidiana, reivindicaram para si o respeito, a cidadania e o direito de viver dignamente. E mais que isso, esse povo, aprendeu a reelaborar uma identidade que há anos havia se perdido. Uma identidade consubstanciada em valores de seus ancestrais africanos, que reflete o caráter de permanente resistência às dificuldades do dia-dia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gostaria de expressar o quão prazeroso foi contar um pouco da história de Icatu e da gente deste lugar. Durante estes poucos meses que durou a pesquisa e que tive contato com os moradores deste povoado, posso afirmar com toda segurança possível, que não apenas colhi informações ou entrevistei senhores e senhoras de idade bastante avançada, muitos dos quais já com grandes dificuldades em lembrar do seu passado longínquo. Contudo, foi uma experiência e um aprendizado incomensurável ter compartilhado algumas horas longas de suas vidas. Não foram apenas simples entrevistas ou conversas sobre seus passados, suas memórias e /ou lembranças, mais sim, um profundo mergulho num modo de vida particular, um *modus vivendis* característico, matizado por inúmeros sentimentos. Vi e senti naqueles rostos, marcas indeléveis que a dureza da vida lhes impunha. Um sorriso, um afago, um pestanejar de olhos, indícios fortes da enorme ousadia e resistência que aqueles homens e mulheres, filhos, netos e bisnetos dos primeiros negros resistentes que margearam as terras de Icatu, e que tiveram a coragem de resistir e romper com o covarde e desumano processo de escravidão.

O que de mais importante se constatou nessa pesquisa, não foi saber categoricamente a data da chegada dos primeiros negros resistentes do processo escravista da região que se afugentaram pelas bandas de Icatu, isso podemos considerar fator coadjuvante, tendo em vista que estamos lidando com processos históricos, os quais tudo é muito dinâmico e mutante. O que realmente impressionou, foi a eterna disposição para o enfrentamento das difíceis condições e adversidades então postas aos moradores de Icatu.

Destaca-se que em alguns momentos ficamos angustiados e até com receio de não conseguir compor este trabalho. Tal receio se justificava pela metodologia de pesquisa empregada, utilizamos técnicas da História Oral, que parecia possuir características de novos tempos na academia, próximo da etnografia praticada pelos antropólogos, tivemos que nos aprofundar. Tem razão Borges quando pondera quanto são diversos os testemunhos do passado, pois, tudo quanto se diz, escreve, produz e se fabrica pode ser um documento histórico. Antigamente a ideia de um documento histórico era a de “papéis velhos”, referentes a “pessoas importantes”, as quais eram vistas como os condutores da história. Atualmente tem-

se consciência de que, entre outros exemplos uma caderneta de despesas de uma dona-de-casa, um programa de teatro, um cardápio de restaurante, um folheto de propaganda são documentos históricos significativos e reveladores de seu momento (BORGES, 1993). Da mesma forma, a fonte oral pode acrescentar uma dimensão viva, trazendo novas perspectivas à historiografia, pois o historiador, muitas vezes, necessita de documentos variados, não apenas os escritos (MATOS & SENA, 2011, p. 96). A história oral, segundo Alberti, centra-se na memória humana e sua capacidade de rememorar o passado enquanto testemunha do vivido. Podemos entender a memória como a presença do passado, como uma construção psíquica e intelectual de fragmentos representativos desse mesmo passado, nunca em sua totalidade, mas parciais em decorrência dos estímulos para a sua seleção. Não é somente a lembrança de um certo indivíduo, mas de um indivíduo inserido em um contexto familiar ou social, por exemplo, de tal forma que suas lembranças são permeadas por inferências coletivas, moralizantes ou não (ALBERTI, 1989, p. 4). Para Maurice Halbwachs, toda memória é coletiva, e como tal, ela constitui um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros (HALBWACHS, 2004: 85).

E, assim, fomos exercitando, tentando entender na prática os meandros, o funcionamento, os “macetes” e a própria linguagem. Perda de tempo, tudo que aprende, e acredito ser muito pouco, foi na prática de campo. Claro que as leituras nos deram um relativo embasamento para quando se cometesse erros gritantes diante dos entrevistados. A História Oral é por excelência uma técnica que exige algumas regras, e acreditamos ser a principal delas o respeito aos informantes. Partindo deste pressuposto, nossa primeira preocupação foi estreitar relações com os moradores do povoado, não só com aqueles os quais nos cederam entrevistas, mais sim com todos, crianças, jovens, adultos e velhos. Consideramos que o entrosamento com os habitantes comunidade de Icatu foi uma ferramenta decisiva para que as informações pudessem ser extraídas de forma natural. E, assim, primeiro tivemos que ganhar a confiança dos moradores desta povoação, participando dos eventos da comunidade, mostrando interesse pelo desenvolvimento de suas ações, lutas, resistências e conquistas. Tudo isso acreditamos ter criado uma áurea de confiança mútua, de respeito recíproco. E a partir da memória oral, das mais profundas lembranças, muitas das quais já quase petrificadas pela dureza da vida cotidiana, emergiram muitas das informações com as quais tentamos tecer os fios da trama deste trabalho. A partir daí, tivemos apenas que enveredar pelos caminhos indicados. A constituição de todos os aspectos aqui tratados, brotaram das matizadas lembranças dos moradores de Icatu, nosso propósito empenho foi de sistematizar e analisar as informações colhidas no decorrer da pesquisa que originou este estudo.

Neste sentido, o presente trabalho preocupou-se em verificar o aspecto da formação da identidade quilombola nos moradores do povoado de Icatu. Com este intento, constatou-se que a identidade dos icatuenses, assim como preconiza Stuart Hall (2006), ainda esta em constante processo de formação. A identidade consubstanciada em valores de seus ancestrais negros esta sendo reconstituída. A busca por essa Negritude, de forma consciente ainda é muito recente entre os moradores do povoado aqui analisado. A assunção desta identidade de matriz africana, esta diretamente relacionada às reivindicações de seus direitos historicamente negados, principalmente no que se refere a demarcação ou titulação de suas terras. Neste sentido, os quilombolas de Icatu ao tomarem consciência de que assumindo e/ou reassumindo uma identidade eminentemente quilombola poderiam obter enormes vantagens junto aos governos Federal e Estadual, bem com, ter acesso a inúmeros projetos sociais implantados pelos órgãos institucionais competentes. Entender o caráter indenitário dos icatuenses como um processo que ainda esta sendo construído no cotidiano de cada um dos moradores da comunidade, nos dá a real dimensão de como estes atores se colocam diante da sociedade atual.

Uma identidade que se forja nas danças praticadas pelo grupo folclórico “Seguidores de Zumbi”, criado justamente no contexto de efervescência e busca por essa particularidade indenitária; nas fornadas de samba de cacete; na prática da agricultura, com seus rituais de plantio e colheita, bem como, nos mutirões, também conhecidos como popularmente como Cunvidados; nas tiradas de reis; na resistência ao preconceito racial, ainda enfrentados no cotidiano escolar pelas crianças, nas lutas do movimento social que magistralmente encontra meandros para poder reivindicar seus direitos.

Sobre a organização social de luta por direitos negados e por outras demandas, os moradores do povoado São José de Icatu podem e devem servir como exemplos a ser seguidos. São inúmeras as vitórias conquistadas junto as diversas instancias governamentais. Tais vitórias só foram possíveis graças a formação da primeira *Associação de Moradores de Icatu* já em 1992, que dez anos mais tarde se transformou, em 2002, *Comunidade de Remanescente de Quilombos São José de Icatu*. De lá para cá, sempre acompanhando e atentos às mudanças na sociedade moderna, os lideres da comunidade se desdobram para manter sempre viva as chamas da luta social. Nesta empreitada de lutas, destaca-seos seguintes benéficos já conquistados: luz elétrica, sistema de abastecimento de água, construção e ampliação da escola, titulação

da terra, o reconhecimento como Comunidade de Remanescente de Quilombos, a construção do Conjunto Habitacional, além de outros.

Enfim, ter experienciado durante alguns meses o cotidiano dos moradores do povoado de Icatu, não fez apenas aumentar o nosso arcabouço de conhecimento acerca daquilo que nos propunha investigar, a identidade, a formação histórica, a organização do Movimento Social, mas nos modificou, nos transformou enquanto pessoa, pois fez-nos transpor algumas redomas que nos aprisionavam, ajudando quebrar alguns paradigmas a tempos petrificados no nosso íntimo.

FONTES UTILIZADAS NA PESQUISA:

a) RELATOS ORAIS:

Na composição deste trabalho foi de fundamental importância os relatos orais dos moradores do povoado de Icatu, guardiões da memória deste lugar. A riqueza de tais relatos foi cruzada com a bibliografia estudada e com outras fontes documentais escritas (tais como, declaração de posse de terra, regimento da associação de remanescente de quilombola, atas de reuniões, estatuto social da Comunidade Remanescente de Quilombos São José de Icatu) e imagéticas (as várias imagens fotográficas que foram feitas no decorrer da pesquisa ou das adquiridas nos acervos familiares dos habitantes de Icatu), no sentido de constituir a história e as lutas encampadas, por estes homens e mulheres quilombolas da Amazônia Tocantina. Neste sentido, destacamos os nomes dos seguintes pessoas entrevistadas, moradores do povoado Icatu, cujas falas auxiliaram as análises e escritas deste trabalho:

Alcindo do Carmo Conceição, morador do povoado de Icatu.

Ana Maria Martins Pacheco, moradora do povoado de Icatu.

Antônio Farias Portilho, morador do povoado de Icatu.

Aureliano de Jesus Rodrigues, morador de Mocajuba.

Domingos Flávio Lopes Farias, morador e professor do povoado de Icatu.

Floriano Lopes Farias, morador do povoado de Icatu.

Georgina Correa dos Santos, moradora de Icatu.

João Rosa Rodrigues, morador do povoado de Icatu.

Maria da Conceição de Souza Gomes, moradora do povoado de Icatu.

Maria José Brito de Souza, moradora e agente comunitária de saúde do povoado de Icatu.

Raimundo Aluísio dos Santos, morador e um dos coordenadores do povoado de Icatu.

Silvanio Rosa Nascimento, morador e coordenador da comunidade religiosa do povoado de Icatu.

b) FONTES DOCUMENTAIS ESCRITAS

- Certidão de Nascimento;
- Certidão de Batismo;
- Certidão de Casamento;
- Declaração de Posse de Terra;
- Regimento da Associação de Remanescente de Quilombola
- Atas de Reuniões
- Estatuto Social da Comunidade Remanescente de Quilombos São José de Icatu.

c) FONTES DOCUMENTAIS IMAGÉTICAS

- Fotografias de acervos familiares da Povoação de Icatu.
- Fotografias que foram feitas durante as atividades de pesquisa no povoado de Icatu.
- Mapas de localização.

d) FONTES BIBLIOGRÁFICAS

FUNES, Eurípedes A. “Nasci nas matas, nunca tive senhor”. História e memória dos mocambos do Baixo Amazonas. In: Reis, João José dos, Gomes, Flávio dos Santos (orgs). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 467-493.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **Filhas da Mata: práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina**. Belém: Editora Açáí, 2010.

_____, **Memória, oralidade, danças, cantorias e rituais em um povoado amazônico**. Cametá: Benedita Celeste de M. Pinto. Editora, 2007.

_____, **Nas Veredas da Sobrevivência: Memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos**. Paka-Tatu: Belém, 2004.

_____, **Os Remanescentes de Quilombolas na Região do Baixo Tocantins (PA) História, Cultura, Educação e Lutas por melhores condições de vida**. In: Dimensões da Inclusão no Ensino Médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola. Brasília: UNESCO/ Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. p. 271- 302.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará: sob o regime de escravidão**. 3ª edição. Belém: Instituto de Artes do Pará, 2005.

_____, **O Negro na Formação da Sociedade Paraense**. Texto Reunidos/Vicente Salles. Belém: Paka-Tatu, 2004.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFIA

ABREU, Thayane Karoline M. **Escravidão Negra Amazônica á Formação dos Quilombos, Mocambos.** (FACULDADE DE HISTÓRIA/UFPA).

ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; WLTER, Neves. **Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e Invisibilidade.** 1ª ed. São Paulo: Annablume, 2006.

ALBERTI, V. História oral: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. “Trabalho Compulsório na Amazônia: séculos XVII-XVIII”, Revista Arrabaldes, ano 1. nº 2 (set-dez. 1988), pp. 101-117.

ARAGÃO, Assis Moraes; SOUZA, Bárbara Duarte de; CONCEIÇÃO, Suzana Silva; SANTOS, Iasmin Alves dos. **Plano de Desenvolvimento Para a Comunidade Quilombola São José de Icatu/Belém;** UFPA/NCAR; Dezembro de 2012. Plano de Desenvolvimento ao Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural como requisito para a obtenção do título de especialista.

ARANTES, Antônio Augusto. **O Que é Cultura Popular.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

BERND, Zilá. **O Que é Negritude.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

BEZERRA NETO, José Maia. A Presença Negra no Pará: Resenha de um trabalho pioneiro. Revista Estudos Amazônicos. Vol. III, nº 1, 2008. p. 167-172.

BLOC, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhas.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BORGES, Vavy Pacheco. **O que é História.** Coleção primeiros passos: Brasiliense, 1993.

BURKER, Peter. **Variedades de História Cultural.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL: **Texto Constituição de 05 de outubro de 1988.** Com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais nº 1/92 a 19/98 e Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília: ed. Atual, 1998.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706).** Belém: Editora. Açai, 2010.

CHAMBOULEYRON, Rafael. “Escravos do Atlântico Equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e do Pará (séculos XVII e início do século XVIII)”. Revista Brasileira de História, vol. 26, nº 52 (2006), pp. 79-114.

DOIMO, Ana Maria. **A Vez e a Voz do Popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos**. 2007, Vol. 12, nº 23, pp. 100-122.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**; tradução de Renato Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FIABANI, Ademir. **Mato Palhoça e Pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

FUNES, Eurípedes A. “Nasci nas matas, nunca tive senhor”. **História e memória dos mocambos do Baixo Amazonas**. In: Reis, João José dos, Gomes, Flávio dos Santos (orgs). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 467-493.

FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral: possibilidades e procedimentos**. 2ª ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GOMES, Flávio dos Santos. “No labirinto dos rios, furos e igarapés”: camponeses negros, memória e pós-emancipação na Amazônia, c. XIX-XX. *História Unisinos*, vol. 10, nº 3, p. 281-292, Set e dez de 2006.

GOHN, Maria da Glória (org). **Movimentos Sociais no Século XXI: antigos e novos atores sociais**. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.

_____, **Movimentos Sociais e Educação**. 7ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOBBSBAWN, Eric; TERENCE, Ranger. **A Invenção das Tradições**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

MATOS, Júlia Silveira & SENNA, Adriana Kivanski de. **História Oral como Fonte: Problemas e Métodos**. *Historia*, Rio Grande, 2 (1): 95-108, 2011.

MOURA, Clóvis. **Quilombos: Resistência ao escravismo**. São Paulo: Editora Ática, 19987.

O'DWYER, Eliane Catarino (org). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **Filhas da Mata: práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina**. Belém: Editora Açáí, 2010.

_____, **Memória, oralidade, danças, cantorias e rituais em um povoado amazônico**. Cametá: Benedita Celeste de M. Pinto. Editora, 2007.

_____, **Nas Veredas da Sobrevivência: Memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos**. Paka-Tatu: Belém, 2004.

_____. **Os Remanescentes de Quilombolas na Região do Baixo Tocantins (PA) História, Cultura, Educação e Lutas por melhores condições de vida.** In: Dimensões da Inclusão no Ensino Médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola. Brasília: UNESCO/ Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. p. 271- 302.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará: sob o regime de escravidão.** 3ª edição. Belém: Instituto de Artes do Pará, 2005.

_____. **O Negro na Formação da Sociedade Paraense.** Texto Reunidos/ Vicente Salles. Belém: Paka-Tatu, 2004.

SANTOS, José Luiz dos. **O Que é Cultura.** São Paulo: Brasiliense: 2006.

SOUZA, Suzana Braga de. **“Na Boca do Rio Itapocu Desaguava um Quilombo”: História, Memória e Educação no Povoado de Itapocu, Município de Cametá-Pará.** UFPA/CUTINS-Cametá, 2013 (Trabalho de Conclusão de Curso).

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Terras de Quilombo: caminhos e entraves do processo de titulação.** Belém: Secretaria Executiva de Justiça, 2006.